

LEITURA COMPLEMENTAR

AULA 40

Material Complementar II

HISTÓRIA DAS RELIGIÕES

Expansão Católica e Perseguição do Império Romano

A IGREJA DOS APÓSTOLOS E DOS MÁRTIRES

DANIEL-ROPS

Páginas 150-192

Pe. Daniel Antonio de Carvalho Ribeiro, scj

IV. A GESTA DO SANGUE: MÁRTIRES DOS PRIMEIROS TEMPOS

Os jardins de Nero

Na noite de 18 ou 19 de julho do ano 64, as trombetas dos vigias retiniram em Roma alertando para o fogo. Era um acidente extremamente banal nessa cidade superpovoada, em que as inúmeras moradias pobres, amontoadas e construídas em madeira, ofereciam uma presa fácil às chamas. Mas desta vez o incêndio tomou proporções que não eram habituais. Rapidamente, sob o céu rubro para onde o vento forte varria a fumaça, o crepitar das chamas cresceu num ronco cavo e ofegante. Era como se o fogo se tivesse estendido por toda a parte ao mesmo tempo. Rebentara no bairro popular do Grande Circo, entre mercearias e lojas de panos; e depois, alimentado pelos depósitos de óleo e de outros materiais combustíveis, depressa se alastrou por toda a região que rodeia o Palatino e o Célio. Ao amanhecer, o incêndio era já uma tremenda catástrofe. Deslizando ao longo das ruas estreitas, subindo pelos bairros mais pobres e brotando subitamente sob a forma de enormes braseiros, as chamas pareciam não encontrar nada que pudesse opor-lhes resistência. Os habitantes, expulsos das suas moradias, correndo em bandos ululantes que se chocavam uns contra os outros e redemoinhavam como insetos, procuravam em vão um lugar onde pudessem refugiar-se. Os mortos já não se podiam contar.

O drama durou cerca de cento e cinquenta horas. Durante seis dias e seis noites, as chamas percorreram Roma a seu bel-prazer, e quando se conseguiu detê-las junto do Esquilino, arrasando um bom número de edifícios para cortar-lhes todo o alimento, o espetáculo do que sobrava assemelhava-se a um quadro apocalíptico. Dos catorze bairros em que se dividia a cidade, quatro haviam sido completamente devorados pelas chamas;

de outros sete, não restavam senão paredes e alguns grupos de casas enegrecidas e inabitáveis; apenas três regiões podiam ser consideradas relativamente indenas. Flutuava por toda a parte o cheiro dos detritos queimados, acompanhado de um calor nauseabundo. Além das casas perdidas, das imensas riquezas destruídas, de tantas obras de arte helênicas e espólios do Oriente sepultados debaixo daquelas ruínas fumegantes, o que os velhos romanos mais deploravam era a perda de todas as recordações notáveis que tinham constituído a herança recebida dos venerados tempos da Loba: o templo da Lua, construído — dizia-se — por Sêrvio Túlio; o grande altar e o santuário de Hércules, consagrado pelo arcadiano Evandro; o templo de Júpiter Estátor, edificado pelo próprio Rômulo, e a capela de Vesta, onde se guardavam os Penates municipais. A catástrofe era irreparável; parecia que o destino cego quisesse não só aniquilar a cidade, mas des-senraizá-la de todo o seu passado.

Qual teria sido a causa do flagelo? A todas as luzes, parecia tratar-se de um mero acidente. Os oito pontos de incêndio simultâneos, que alguns pretendiam ter observado, bem podiam ser — tal a velocidade com que o incêndio se espalhara — simples consequência de um único foco propagado pelo vento. No entanto, entre as hipóteses aceitáveis, não se podia excluir a de que se tivesse tratado de uma operação imperial, officiosa e um tanto violenta, para limpar a cidade dos seus tugúrios, de modo a permitir uma reconstrução, segundo um plano majestoso ao estilo de Alexandria. Seja como for, o povo, que diante das catástrofes sempre reluta em acusar uma fatalidade abstrata, recusou-se a admitir que uma chama tivesse causado sozinha semelhante desastre. E bem depressa um nome correu de boca em boca.

A atmosfera em Roma estava pesada. O governo de Nero já tinha iniciado aquele período em que, abandonando o caminho relativamente prudente que lhe fora traçado por Sêneca e Burro, seus primeiros conselheiros, o monstro coroadado se precipitara no abismo por entre desvarios e ondas de sangue. Havia cinco anos que Agripina fora morta por ordem do filho, a quem entregara o trono mediante um crime. Tigelino começara já a ser todo-poderoso, e muitos altos aristocratas e libertos do imperador tinham sucumbido à sua vigilância. Popéia, arrancada ao seu marido, acabava de substituir Otávia no leito de Nero, e o imperador se desfizera de sua mulher legítima, caluniando-a de forma abjeta antes de mandar matá-la.

Tamanha perversidade indignou a opinião pública, e houve manifestações hostis a Popéia e ao imperador por ocasião do assassinio da ex-imperatriz, filha de Cláudio e descendente de Augusto. O espetáculo daquela cabeça jovem decepada e levada à favorita causara o maior horror, e come-

↳ MATOU A MÃE E A ESPOSA

çaram a correr rumores de que um misterioso flagelo cairia sobre Roma, como castigo pelos crimes de Nero. As línguas supersticiosas apregoavam inúmeros prodígios do mais terrível augúrio: a queda de um raio simultaneamente nos catorze bairros da cidade, mortes surpreendentes, nascimento de uma serpente do ventre de uma mulher, o aparecimento de um cometa cor de sangue. Moralmente responsável por essas manifestações da cólera divina, por que não o seria o imperador também pessoalmente?

Era o que se dizia. Cresceu o boato de que alguém tinha visto os criados do imperador percorrerem com archotes na mão os bairros humildes da cidade. A sua fama de perverso e criminoso justificava o rumor, e as palavras imprudentes que proferia ainda contribuía para alimentá-lo: "Ninguém conhece tudo aquilo de que é capaz um príncipe", dissera ele certa vez. Noutra ocasião, ao ouvir um ator citando o verso grego de Eurípedes: "Depois que eu morrer, que a terra se torne presa do fogo", acrescentara na mesma língua: "Estando eu vivo!" Outro boato, que Suetônio recolheu, fez subir ao rubro a indignação popular. Dizia-se que, durante o incêndio, Nero se instalara no cimo da torre de Mecenas, em vestes de teatro e de lira na mão, e cantara um poema que compusera sobre a tomada de Tróia e o fogo ateado pelos guerreiros de Agamenon¹.

A acusação ganhou corpo. Nero tratou de mostrar-se generoso e caritativo: abriu o Campo de Marte, os monumentos de Agripa e os seus próprios jardins para receber os sinistrados privados de teto; baixou o preço do trigo para uma tabela mínima e o distribuiu fartamente. Ao mesmo tempo, começou a reconstrução da cidade segundo um plano excelente; concedeu indenizações aos proprietários e mobilizou a marinha e o exército para a remoção dos escombros. Na opinião pública, radicara-se cada vez mais a idéia de que fora ele o incendiário, o que lhe causou medo. Ora, este homem sempre tinha sido joguete do medo, mais ainda do que da sua crueldade inata ou da sua semi-demência. Por isso tremiera diante de Britânico, a quem fez desaparecer, e também por isso se desfizera da sua mãe, que lhe despertava desconfianças. A cólera do povo após o incêndio revolvía-lhe as entranhas: era necessário proporcionar urgentemente uma distração à plebe.

Foram os cristãos que lhe proporcionaram essa distração. Por que eles e não outros? É muito difícil dizê-lo. Já teriam sido tomadas anteriormente algumas medidas contra a nova seita? É duvidoso. Tácito fala de uma mulher da aristocracia, Pompônia Grecina, que no ano 57, por causa da

(1) O fato é materialmente impossível. Nero não se encontrava em Roma por ocasião do incêndio, mas em Anzio, à beira-mar, a cinquenta quilômetros da Urbe. O que não quer dizer que o histrião não tivesse aproveitado a ocasião para regalar a sua corte com o seu poema, que combinava bem com as circunstâncias. É, em todo o caso, a versão de Tácito.

sua vida austera e de outros indícios, fora acusada de “superstição estrangeira”; seu marido, Áulio Pláucio, em nome do velho direito romano, fora enviado ao tribunal, que aliás o absolveu. Tratava-se de uma cristã? É possível, mas não é certo. Quanto aos motivos precisos da perseguição de 64, também não é fácil apontá-los. Tácito alude ao assunto em termos muito vagos. Acusaram do crime “homens que eram detestados pelas suas infâmias e culpados de nutrir ódio pelo gênero humano”. Mas isto não diz de forma alguma que esses homens devessem ser tidos como responsáveis pelo sinistro.

É preciso considerar, no entanto, que para os não iniciados a linguagem cristã tinha algo de estranho e quase provocador, com as suas grandes imagens da cólera divina, da destruição de cidades pecadoras pelo fogo, de conflagrações universais, e com toda essa simbologia apocalíptica cujos temas haviam de ser orquestrados um pouco mais tarde por São João.

Podiam também ter entrado em ação algumas “forças secretas” semeadoras da calúnia. Se observarmos que, nas batidas policiais, os cristãos eram perfeitamente diferenciados dos judeus; se considerarmos os antagonismos que a propaganda a favor de Jesus provocava no seio das sinagogas; e se notarmos as simpatias judaizantes de Popéia e a influência que certos membros do povo eleito exerciam sobre ela, parece razoável conceber uma suspeita nesse sentido². Mas também não é de excluir que as dissensões no seio da própria comunidade romana, entre judeus-cristãos e “paulinistas”, por exemplo, tivessem atraído a atenção pública. Do que não há dúvida é de que o pequeno rebanho cristão, desprezado, caluniado pela voz do povo, e de quem além do mais nada havia a temer, era um bode expiatório tentador. ✕

Organizou-se uma *razzia* nos meios cristãos. Os primeiros presos, submetidos a tortura, devem ter deixado escapar algumas informações. As suas relações, as suas condições de vida, os seus propósitos e até os seus silêncios podem ter servido de indícios; a Igreja nascente não tinha ainda preparado os seus para tais acontecimentos. As prisões encheram-se a tal ponto que Tácito nos fala de uma “grande multidão” de cristãos presos — o que nos fornece uma preciosa informação sobre a extensão que a nova fé tinha em Roma já uns trinta anos após a morte de Cristo. Teriam os torturadores conseguido obrigar os mais fracos a confessar que eram incendiários? A acusação de “ódio ao gênero humano” teria servido para incriminá-los de todos os delitos imagináveis? Pouco importava o pretexto jurídico; o que Nero queria não era tanto castigar um suposto crime, mas

(2) Flávio Josefo parte dessa hipótese na sua *Vita* (III) e nas *Antigüidades Judaicas* (XVIII, XX), e Tácito também (*Hist.*, I, 22).

apaziguar aquela multidão irritada, apontando-lhe culpados e entregando-lhe vítimas. No cérebro espantosamente fértil desse homem, a intenção política e o gosto demencial pelos espetáculos associaram-se numa só idéia atroz. E surgiram as cenas dos jardins vaticanos.

Tudo o que de pior pode inventar a imaginação de um sádico a quem se concedesse uma liberdade sem limites para praticar o mal, tudo foi posto em prática numa atmosfera de pesadelo. Não se limitaram a torturar, decapitar e crucificar as vítimas no circo de Nero, instalado no lugar onde se encontra hoje a Basílica de São Pedro³. Organizaram-se caçadas nos jardins imperiais, onde a caça eram cristãos metidos dentro de peles de fera, que os molossos acabavam por dilacerar. Reproduziram-se as mais escabrosas e bárbaras cenas mitológicas, tendo por figurantes cristãos submetidos aos maiores ultrajes. E à noite, ao longo das alamedas que estavam abarrotadas dos mais abjetos basbaques e que Nero percorria vestido de cocheiro, conduzindo o seu carro, acendeu-se uma iluminação feita de elevados archotes besuntados com pez e resina, que eram seres vivos. São Clemente Romano, futuro papa, guardou a lembrança do inesquecível horror dessa noite de 15 de agosto de 64, da qual ele próprio foi testemunha ocular; e Tácito afirma que tal excesso de atrocidade provocou em todas as consciências retas a piedade para com os cristãos.

A perseguição não se limitou, porém, aos espetáculos organizados para divertir a turba da cidade: continuou no tempo e estendeu-se no espaço. Escrevendo, talvez já no dia seguinte ao do drama, às comunidades da Ásia, do Ponto, da Galácia, da Capadócia e da Bitínia, em nome da "Igreja dos eleitos que está em Babilônia" — isto é, em Roma, convertida em capital da dor, como outrora a Babilônia do exílio que está na borda dos rios —, Pedro, Príncipe dos Apóstolos, alude aos diversos tormentos que contristam estes longínquos irmãos e que deveriam ser para eles o que o fogo é para o metal: uma prova de valor e de resistência (cfr. 1 Pe 1, 6-7). Declara-lhes expressamente que, mesmo inocentes de todo o crime, podem acabar por ser "castigados como cristãos" e que esse será o seu verdadeiro título de glória. Não há dúvida, portanto, de que Roma não teve o monopólio dos sacrifícios. E foi depois de ter escrito essa carta que, respondendo à chamada profética do Mestre, o velho Apóstolo estendeu as mãos e se deixou levar para o sacrifício (cfr. Jo 21, 18); e pouco depois — talvez ao mesmo tempo ou a alguns meses de distância,

(3) O circo, cujos alicerces foram encontrados, ocupava a parte esquerda da Basílica de São Pedro. É o seu obelisco que, trasladado pelo arquiteto Fontana no tempo de Sixto V, se ergue hoje no centro da praça.

não se sabe ao certo — caía a golpes de cutelo o outro pilar da jovem Igreja, Paulo, o Apóstolo das Gentes⁴.

Tal foi a primeira cena da longa tragédia do martírio que atingiu inopinadamente um nível de horror que nunca seria ultrapassado, mas que muitas vezes se havia de igualar. Nero podia desaparecer, quatro anos mais tarde, acossado até à morte pelo desgosto e pela cólera unânimes; mas o precedente por ele aberto iria revelar-se de grande eficácia. De reinado em reinado, de dinastia em dinastia, o exemplo dado pelo histrião louco vai ser imitado por homens que, apesar dessas crueldades, nada tinham de monstros. Desde o início, as palavras “cristão” e “vítima destinada aos suplícios;” são simples sinônimos jurídicos. De 64 a 314, não se passará um único dia sem que pese sobre uma alma fiel a ameaça de um fim terrível; contar-se-ão aproximadamente tantos anos sangrentos como anos de calma espalhados no meio daqueles. E periodicamente brotará destes duzentos e cinquenta anos de história, como nos jardins da esplanada vaticana, esse grito de amargura e agonia que a fé, desde as primeiras torturas, soube transformar num grito de esperança.

Gesta Martyrum

O relato das perseguições constitui uma das páginas mais grandiosas da história do cristianismo, aquela que, misticamente, liga com o laço mais estreito a experiência da alma cristã à de Jesus, seu modelo. Completando na sua carne o que faltava ainda à paixão de Jesus, no dizer de São Paulo (cfr. Col 1, 24), estes heróis dos primeiros tempos imprimiram na sua crença o selo do sacrifício voluntário, sem o qual nenhuma verdade triunfa neste mundo, e propuseram às futuras gerações modelos que nem as tentativas de mitigá-los nem os exageros piedosos de alguns comentaristas têm conseguido tornar vãos. Ainda hoje, no calendário litúrgico, pelo menos a metade dos santos venerados pertence a este período. E é em virtude de tais exemplos que até os nossos dias o testemunho cristão se renova no sacrifício voluntariamente aceito.

Acerca deste longo período trágico, estamos de modo geral bastante bem informados. Uma vez que as comunidades cristãs consideravam os dra-

(4) A data dos dois suplícios nunca pôde ser estabelecida de forma irrefutável. Segundo Eusébio, devemos situá-la nos anos 67 ou 68, mas certamente o historiador não propõe essa data senão para afirmar uma indicação que dá anteriormente sobre os vinte e cinco anos do pontificado romano de Pedro. Não há dúvida de que o Príncipe dos Apóstolos não esteve entre as vítimas dos jardins vaticanos; deve ter sofrido o martírio um pouco depois, no mesmo bairro, não longe do circo de Nero (cfr. cap. II, *in fine*, e a nota correspondente).

mas ocasionados pela morte de tantos dos seus não apenas como calamidades, mas como brilhantes manifestações de fé, comunicavam sempre aos seus irmãos aquilo que se havia passado, mesmo no meio da tormenta. Expediam umas às outras relatórios, muitas vezes minuciosos, dos "combates" que tinham travado e dos "triumfos" que tinham alcançado aqueles que o Divino Mestre designara para a sua messe. Conhecemos muitos desses relatórios imediatos, como por exemplo o da paixão de São Policarpo ou o dos mártires de Lyon. Possuímos também cartas enviadas pelos bispos das comunidades, quando eles próprios se encontravam na prisão, destinados ao sacrifício, a fim de darem instruções aos seus sacerdotes ou diáconos ou exortarem à paciência e à coragem os seus fiéis. Não se pode imaginar um tom mais pungente do que o que envolve, na sua precisão quase administrativa, estes documentos assinados com sangue.

A tradição, porém, nem sempre soube conservar essa herança. É uma característica comum da alma popular o desejo de conhecer os pormenores da vida dos seres que admira, sobretudo se se prestam ao pitoresco, e não se mostrar muito rigorosa sobre a exatidão de uma imagem, contanto que o espírito nela se possa inflamar. Para que uma profunda admiração aureolasse os seus nomes, esses heróis e santos que foram os grandes mártires não tinham necessidade de que os arrancassem à simplicidade sublime em que tinham querido morrer. Mas, se já enquanto vivos tinham sido coroados por um halo de glória, não era natural que se acrescentassem depois mais alguns raios à sua coroa celeste?

Assim, muitas vezes, não é sobre os mártires mais célebres que possuímos os documentos mais irrecusáveis. De algumas grandes figuras cuja existência e sacrifício não oferecem dúvida, os pormenores que conhecemos não estão tão imediatamente ligados ao tempo em que viveram que possamos aceitar tudo sem receio. Uma inscrição encontrada nas catacumbas, e devida ao sábio papa Dâmaso, afirma de maneira precisa a vida e o martírio de Santa Inês; mas a posteridade parece ter sabido bem mais dessa vida, pois nos apresenta a branca imagem da pequena virgem, votada a Cristo desde a mais tenra infância, recusando aos dez anos a mão de um grande personagem, escapando por milagre das chamas da fogueira e — condenada aos treze anos a ser degolada — incitando o carrasco a feri-la. Já a tradição piedosa deixa geralmente intocado o testemunho dado pelos obscuros e longínquos provincianos, pelos pequenos mártires anônimos que pululam durante os três primeiros séculos. Se um modesto comerciante, um oficial subalterno ou um jardineiro for torturado por causa da sua fé, o fato é tão comum que basta a realidade; ainda bem que chegaram até nós, escrupulosamente conservadas, algumas atas relativas a esses julgamentos.

No seu conjunto, as narrativas hagiográficas parecem acentuar os pormenores verdadeiros dos mártires, segundo um esquema dividido em quatro pontos. Pintam com as tintas mais negras as autoridades pagãs, imperadores e magistrados, e, por estarem pouco a par das razões profundas dessa atitude hostil, atribuem-lhes desígnios inconfessáveis. Multiplicam a variedade dos suplícios com uma tendência para o extravagante que não ficamos a saber se se deve à imaginação dos carrascos ou à das vítimas. Insistem sobre prodígios de natureza material que acompanham os suplícios e, antes de conduzirem os mártires ao fim das suas provas, procuram mostrar a sua invulnerabilidade. Por último, quase sempre o drama termina por um desenlace “moral”, bem ao estilo que continua a ser do agrado das multidões: umas vezes, o castigo do verdugo; outras, a sua comoção perante o heroísmo da vítima e a sua súbita conversão.

Não podemos falar sem respeito e emoção desta *legenda aurea* dos santos e mártires. Muitas gerações de almas cristãs se exaltaram diante dessas imagens, e os vitrais e esculturas das nossas catedrais as têm conservado intactas até os nossos dias. Inúmeros desses relatos estão na base desta ou daquela tradição piedosa local, desta ou daquela peregrinação, e a contribuição muitas vezes centenária dessas devoções para a piedade cristã enraíza numa verdade humana muitos pormenores que a história hesita em apoiar. Desde há muito, a Igreja tem reagido com uma firme prudência aos excessos deste jorrar de prodígios. Há mais de trezentos anos atrás, os bolandistas, tendo começado na Antuérpia de 1643 a grande publicação dos seus *Acta Sanctorum*, que ainda continua, demonstraram já um espírito científico que lhes valeu muitas críticas acerbas, sem que deixassem por isso de continuar as suas pesquisas com o mesmo ou maior rigor. Não é de maneira nenhuma na fábula que reside a epopéia do martírio; e a beleza de muitos textos primitivos — em que não intervém nenhum maravilhoso fácil e em que o milagre, quando existe, tem todo o seu peso — persuade-nos facilmente da verdade absoluta desses textos. É nessas frases despidas de toda a ênfase, de uma *secura* muitas vezes impressionante, que se deve procurar a moral do heroísmo segundo a cruz e o significado cristão da morte⁵.

(5) Os “martirólogos” são coletâneas de “calendários das festas dos mártires”, alguns dos quais remontam a uma venerável antigüidade, como o *calendário liberiano*, começado em 235 e continuado até o papa Libério (352-366). O martirólogo mais antigo, chamado *hieronimiano*, foi compilado na Itália no século V e remodelado em Auxerre no século VI. É da versão de Auxerre que derivam todos os manuscritos conhecidos. O atual martirólogo romano tem por base uma compilação feita no século IX, em Saint-Germain des Prés, e revista no século XVI por Barônio. É deste martirólogo que se extrai a maior parte das narrativas relativas aos mártires que figuram no breviário. O papa Bento XIV (1740-1758) declarou expressamente que a Santa Sé não garantia a sua total exatidão histórica.

A perseguição: bases jurídicas e clima de horror

Tal como foi levada a cabo por Nero, a perseguição anticristã poderá parecer simplesmente a manifestação de uma loucura sanguinária ou o terrível divertimento de um senhor apavorado perante a cólera dos seus súditos. Semelhante explicação seria absolutamente válida se o drama de 64 tivesse sido o único. Dentro em breve, porém, e já com os próximos imperadores, essa perseguição há de recomeçar, e prolongar-se-á até os princípios do século IV. Ela não é, pois, o mero resultado de um penoso acaso que tenha colocado Nero sobre o trono e ateado fogo nos bairros populares de Roma. E é exatamente por isso que surge uma questão extremamente delicada, sobre a qual ainda não se fez a devida luz: é a questão da justificação legal que podia apresentar para tais medidas um povo tão violentamente apaixonado pelo direito como o povo romano.

Sobre este assunto, havia matéria para discussão até mesmo entre os cristãos. É o que se verifica numa passagem da *Apologética*, escrita por Tertuliano nos fins do século II. Esboçando a história das perseguições desde as origens até o seu tempo, diz aos romanos:

“Consultai os vossos anais e verificareis que Nero foi o primeiro que se serviu do gládio imperial contra a nossa seita. Mais tarde foi feita outra tentativa por Domiciano, que, pela sua crueldade, merece ser considerado um semi-Nero. Quem foram os nossos perseguidores? Foram homens iníquos, ímpios, infames, que vós mesmos sois os primeiros a condenar! Pelo contrário, entre os príncipes que se sucederam no trono sabendo respeitar as leis divinas e humanas, não podeis citar um só que tenha feito guerra aos cristãos! Que devemos, pois, pensar dessas leis que só são postas em vigor contra nós por príncipes ímpios, injustos, infames, cruéis, extravagantes e dementes, mas que Trajano evitou parcialmente, que Vespasiano, o destruidor dos judeus, não mandou aplicar, como também não se atreveram a fazê-lo Adriano, Antônio e Vero?” (*Apol.*, V).

Neste texto nota-se não só uma hábil manobra para lançar a responsabilidade das perseguições sobre imperadores cujos nomes eram detestados, mas também uma argumentação jurídica de muito peso: existem efetivamente leis anticristãs, mas a prova de que essas leis são monstruosas e iníquas reside no fato de que só monstros de iniquidade as puseram em prática.

Mas o mau é que isto é falso. Houve imperadores excelentes, homens que sob muitos aspectos fazem honra à humanidade, que, se não promulgaram novos textos legislativos contra os cristãos, não hesitaram em mandar aplicar os antigos decretos de perseguição; alguns desses reinados que

o apologista considera como tempos de euforia foram, na verdade, maculados pelo sangue cristão.

Era necessário, portanto, que houvesse outra coisa, algum instrumento jurídico válido que justificasse o rigor dos poderes públicos contra a nova seita. Ora, nós não possuímos esses textos nem os decretos de perseguição. Trajano, respondendo a Plínio, o Moço, num célebre rescrito que estudaremos mais adiante, referir-se-á a uma legislação anterior ou pelo menos a uma jurisprudência anticristã. Como Tertuliano assegura expressamente que Nero promulgou uma lei contra os cristãos, o fato parece admissível; mas, neste caso, seria ainda necessário determinar em que argumentação jurídica se fundava o seu decreto.

Os cristãos eram considerados diferentes dos judeus e tidos como dissidentes do judaísmo; por isso, não beneficiavam dos privilégios especiais obtidos por Israel, principalmente o de poderem orar ao seu Deus pelo imperador sem terem de prestar-lhe obediência nos cultos oficiais. Mas isto não explica que devessem ser perseguidos *ipso facto*. Os crimes contra o direito comum, tais como o de atear incêndios e outros de que a maldade e a estupidez do povo os acusavam, poderiam quando muito servir de pretexto para desencadear as perseguições; mas nenhum homem sensato nem jurista algum tomaria a sério tal pretexto. Em que se baseava então o *institutum neronianum* para recusar ao cristianismo os direitos de que gozavam em Roma tantas religiões orientais e para considerar a nova fé como uma *superstitio illicita*?

Para nós, que vemos o desenrolar dos acontecimentos sob a perspectiva dos séculos, é bem manifesto que, desde a sua aparição, a mensagem evangélica se opunha substancialmente às próprias bases do Império. Mas, como sabemos, o certo é que nem o Império nem os cristãos tiveram uma consciência imediata dessa oposição inexorável. É verdade que, segundo as leis romanas, os cristãos incorriam no crime de lesa-majestade e de sacrilégio a partir do momento em que, no seu coração, repudiavam os deuses do Império e, especialmente, fugiam ao culto de "Roma e Augusto". Mas, para haver sacrilégio, é necessário que haja um ato, e não há notícia alguma de que, nos dois primeiros séculos, os cristãos se tivessem lançado a atacar ídolos. Somente no século III é que vamos encontrar textos jurídicos que fundamentam as perseguições contra os cristãos na sua recusa de sacrificar a "Roma e Augusto", isto é, na dupla acusação de sacrilégio e de lesa-majestade. A princípio, portanto, não é sobre essas bases que se apóia a perseguição.

Essa perseguição poderia talvez depender dos simples poderes policiais que possuíam os magistrados romanos, desse direito de *coercitio* que lhes permitia castigar imediatamente, e até com pena de morte, os promotores



de desordens públicas. Foi desse direito que usou Pôncio Pilatos quando levaram Jesus à sua presença. Mas os cristãos, por si próprios, não fomentavam qualquer desordem. Não havia súditos mais submissos e mais respeitosos das leis, e se a sua profissão de fé causava alguma agitação pública, o fato era devido às reações da plebe e a manifestações organizadas não por eles, mas contra eles. Por isso os magistrados romanos deviam sentir-se pouco à vontade ao aplicarem o seu direito de *coercitio*, e a prova é que, freqüentemente, os funcionários provinciais pedirão instruções ao imperador.

Dir-se-á que a fórmula *christianos esse non licet* — não é permitido haver cristãos — foi admitida como princípio jurídico logo após a perseguição de Nero; mas não se pode apresentar quaisquer bases explícitas para semelhante afirmação. Tudo se passa como se o Império Romano quisesse opor-se à nova fé por uma espécie de instinto de auto-defesa, embora estivesse ainda longe de suspeitar do poder revolucionário do cristianismo. E tudo se passa como se, por outro lado, o cristianismo, embora sem ter plena consciência disso, assumisse o papel para o qual havia sido chamado pelo seu Mestre, isto é, o de ser entre os homens um eterno sinal de contradição.

Temos, pois, de considerar a história das perseguições em função da dupla evolução que já indicamos: por um lado, a da consciência política do Império que, no decurso dos três primeiros séculos, vai avançando no sentido de um fortalecimento dos poderes públicos, de um domínio crescente sobre os espíritos e sobre as pessoas, opondo-se cada vez mais aos não-conformistas; por outro, a evolução da consciência cristã que, pela vida em comum, pelo trabalho dos seus pensadores e pelo exemplo dos seus mártires, se sente cada vez mais como antagonista irreduzível do Império.

É assim que se pode compreender a grande divisão das perseguições em duas partes. De 64 a 192, serão mais ou menos espontâneas, mais ou menos retardadas ou aceleradas pelos poderes imperiais, mas sempre esporádicas e sem apresentarem nunca um aspecto sistemático. A partir do século III, estabelecer-se-á um novo regime, o das perseguições por editos especiais emanados do próprio governo e aplicáveis a todo o território do Império. Os resultados do segundo método serão incontestavelmente bem mais sangrentos que os do primeiro.

Não se deve, portanto, considerar como histórica a cifra tradicional das dez perseguições, que muitas obras piedosas ainda consignam. O número de dez que, aliás, variou no próprio decurso dos primeiros tempos cristãos, parece ter sido adotado por causa do seu caráter simbólico. Não correspondia esse número às dez pragas do Egito? E a Besta à qual, segun-

do o *Apocalipse* (cfr. Apoc 13), seria permitido “fazer guerra aos santos e vencê-los” não havia de ter dez cornos sobre as suas cabeças, sobre esses cornos dez diademas, e sobre esses diademas dez nomes de blasfêmias? Na verdade, não houve dez perseguições sistemáticas, mas apenas quatro ou cinco; por outro lado, se quiséssemos enumerar todas as reações sangrentas dos poderes locais contra a propaganda cristã em todas as províncias do Império, o número seria pelo menos dez ou doze vezes maior. *

Resta ainda trazer a lume uma questão que inquieta o espírito moderno. Mesmo que o Império Romano tenha tido razões — mais ou menos lúcidas e mais ou menos instintivas — para empenhar-se na luta contra o cristianismo, isso não explica as características horrorosas que a perseguição tomou desde o início, e que há de conservar mesmo quando não for obra de um louco. É que encontramos aqui um dos sintomas mais claros que anunciam a desagregação moral da sociedade romana e a sua futura decadência. Esta civilização que, sob tantos aspectos, havia elevado tão alto o seu ideal humano e tinha sabido formular-lhe princípios muitas vezes admiráveis, dispôs-se a humilhar o homem e a rebaixar-se a si mesma com espetáculos de uma incrível selvajeria. Perante os relatos das torturas que se praticavam em Roma no tempo do Império, sentimo-nos possuídos do mesmo assombro que causa ao mundo atual a narrativa de certos horrores que este mesmo mundo, infelizmente, vem multiplicando. Hesitamos até em reconhecer, nos responsáveis, homens iguais a nós.

Sempre houvera em Roma um certo gosto pelo sangue ou, ao menos, um certo hábito de acolher com interesse espetáculos mais ou menos sangrentos. Uma religião cujas cerimônias pareciam lembrar verdadeiros açougues certamente não podia criar sensibilidades apuradas⁶. O costume de proceder em público às execuções capitais, que era geral em toda a Antigüidade, arrastava as multidões a espetáculos de uma excitação degradante. Um escravo açoitado até a morte era coisa habitual, e se este ou aquele senhor alimentava as suas moréias com carne humana, o fato não causava qualquer escândalo. A partir dos últimos tempos da República, o gosto pelo sangue que o povo sentia foi sistematicamente aproveitado pelos governantes para o “divertimento” da plebe ou, com mais propriedade de expressão, para o seu embrutecimento. Na célebre fórmula “*panem et circenses*”, o segundo termo é tão essencial quanto o primeiro; os jogos, isto é, a desmoralização coletiva, são assunto de que o próprio governo se encarregará.

(6) Acontecia, às vezes, que os animais dos sacrifícios, se tinham sido mal degolados, escapavam e corriam entre a multidão, salpicando-a com o seu sangue. O incidente, considerado de mau agouro, chegou a ocorrer com o próprio Septímio Severo: duas vacas negras, com o cutelo enterrado na garganta, perseguiram o imperador até o palácio.

Não vale a pena insistir sobre este ponto: poderiam ser evocados muitos fatos, e alguns deles de natureza bem penosa. Teríamos de mencionar aqui essas pantomimas em que um criminoso comum, substituindo o ator na cena final, oferecia ao público o espetáculo de uma agonia muitíssimo real, por exemplo como um ridículo Prometeu pregado numa cruz à falta de um rochedo. Teríamos de recordar a responsabilidade de Augusto, quando inventou para o bandido Selouros o suplício — que tão grande carreira havia de fazer — dos leopardos e panteras à solta diante de um homem nu. Teríamos de citar a lei que figura no *Digesto*, segundo a qual se podia trazer qualquer condenado a Roma, a fim de lançá-lo às feras. Seria necessário lembrar aquelas orgias sangrentas a que serviam de palco as arenas, não só na capital, mas em todas as províncias: caçadas à maneira de matadouro, em que as feras eram enviadas às fornadas para a carnificina; combates de gladiadores em que os combatentes, nem todos voluntários, se matavam aos milhares e às dezenas de milhares, incitados ou apupados por um público em frenesi. Para compreendermos esta volúpia de ferocidade a que os romanos dão vazão nas perseguições anticristãs, teremos ainda de pensar nessas “sessões do meio-dia”, em que os condenados à morte se deviam executar mutuamente até o último, ou na *venantio matutina*, que não passava de uma refeição das feras com carne humana por alimento. Por muito revoltantes que nos pareçam, estas cenas, de que também os cristãos serão vítimas, eram normais em Roma. E raros, muito raros, eram os assistentes que exteriorizavam a sua desaprovação⁷.

É, em última análise, este complexo de intenção política por parte do poder e de baixa lisonja dirigida aos piores instintos da plebe que explica as condições em que se desenrolou a perseguição anticristã e se fixaram as suas atrozes características.

As inquietações e os ódios de Domiciano

A segunda vaga de perseguições que veio ferir a jovem Igreja ainda se deveu essencialmente a uma vontade imperial: a de Domiciano. Apesar das eminentes qualidades que possuía e que, aliás, eram hereditárias na

(7) Roma desconhecia, tanto nos seus princípios como na prática, os limites que a lei moderna fixa à sua própria severidade. Nem a velhice nem a juventude isentavam do suplício. Otávia não tinha ainda vinte anos quando Nero a mandou degolar. Quando Tibério se desembarçou de Sejano e mandou exterminar toda a família do favorito caído em desgraça, a filha deste, que tinha nove anos, foi violentada pelo carrasco antes de ser executada, porque a lei proibía que se suplicassem as virgens. Num ambiente moral desta natureza, ninguém se surpreendia de ver nos anfiteatros mártires que ainda eram crianças.

família dos Flávios, apesar da sua inteligência, do seu amor ao trabalho e do seu sentido das realidades e poder de criação, era de índole antipática e o exercício do poder agravou-lhe os defeitos em vez de os atenuar. Orgulhoso, egoísta e autoritário, transformou a sua tendência para a desconfiança em verdadeira mania, sempre que suspeitava de qualquer resistência à sua vontade; a sua vaidade, um pouco inferior à de Nero unicamente porque se manifestava de forma menos louca, teve como resultado uma crueldade análoga. Chegando ao poder em 81, quando não contava ainda trinta anos, devido à morte prematura de seu irmão Tito, Domiciano não tardou em colocar sob suspeita as mais diversas classes dos seus súditos e, mal aconselhado pelas suas contínuas inquietações, acabou ele mesmo por entrelaçar todo o feixe de violentas oposições que se abateram sobre a sua cabeça em 96 e lhe deram a morte.

Suspeitou da aristocracia romana, aos olhos da qual não passava de um simples arrivista sem quaisquer títulos — era neto de um agiota de província e irmão pouco brilhante de um general vitorioso —, e temia que os epigramas com que essa aristocracia lhe fazia uma pequena guerra ocultassem intenções mais precisas e subversivas. Suspeitou da classe intelectual, dos filósofos como Epicteto e Dión Crisóstomo, que se permitiam defender os direitos do livre pensamento e espalhavam as suas doutrinas em todos os meios. Suspeitou dos judeus que, apesar da destruição da sua cidade por Tito, em 70, e até por essa razão, não cessavam de proliferar em todas as partes do Império; muitos representantes deste povo, como a princesa herodiana Berenice e o historiador Flávio Josefo, tinham chegado mesmo a instalar-se na própria corte dos antecessores de Domiciano. Por último, suspeitou dos cristãos, cuja propaganda, ultrapassando agora os limites dos bairros mais humildes, se infiltrava na aristocracia e contaminava a própria família do imperador.

A perseguição de Domiciano revela-nos um grande fato: nos vinte e sete anos que se seguiram à morte de Nero, a nova fé alargou as suas posições, subiu na escala social até as esferas superiores, e passaram a pertencer à Igreja membros da aristocracia como M. Acílio Glabrião, cônsul no ano 91. Mesmo no seio da gens flavia, Cristo deixou cair a sua semente. É muito possível que Tito Flávio Sabino, prefeito da cidade ao tempo de Nero e irmão de Vespasiano, tivesse recebido alguma luz evangélica; e Flávio Clemente, seu filho, primo de Domiciano, bem como sua esposa Flávia Domitila, pertencem já com certeza à "seita", juntamente com os seus dois filhos, que eram os prováveis herdeiros do imperador.

O furor de Domiciano desencadeia-se em 88, quando a aristocracia urdiu contra ele a revolta militar que Saturnino fez explodir no Reno, com o apoio de algumas tribos germânicas, mas que fracassou. A partir daí, fe-

Domiciano com
trabalho e
antipatias e
outras.

poder com
muita deficiên

Suspeitou dos
filósofos e ju

aristocratas já
infiltrados
na classe inferior

depois da morte de Nero
a fé chegou aos
poderosos

contra a seita de Cristo
contra Domiciano

riu implacavelmente todo aquele que fosse suspeito de se opor ao autoritarismo imperial ou que não estivessem “na linha”. Julgados por um Senado-terrorizado e servil, todos os membros da nobreza que, de longe ou de perto, estivessem implicados no assunto foram condenados à morte, e alguns mais felizes ao desterro nas ilhas. Chegou depois a vez dos filósofos, alguns dos quais foram executados; outros, como Epicteto e Dión Crisóstomo, foram banidos. Os adivinhos e astrólogos, cuja influência também era grande, tiveram o mesmo destino.

Pensou-se a seguir nos judeus e nos cristãos. Neste ponto, Domiciano pôs em prática uma manobra cujo sentido até hoje não é claro. A partir da destruição de Jerusalém, o Estado romano cobrava “para Júpiter”, isto é, em seu proveito, o imposto ritual do didracma, que outrora todo o fiel da santa *Torah* pagava para o Templo⁸. Mas, na verdade, as administrações de Vespasiano e de Tito não se tinham mostrado muito exigentes a esse respeito. Domiciano ordenou que a iníqua contribuição passasse a ser cobrada com extremo rigor; e deviam pagá-la não somente os judeus circuncisos, mas também todos aqueles que, segundo se pensava, “viviam como os judeus”, isto é, os que acreditavam num Deus único; isso incluía os cristãos.

Por que semelhante medida? Nessa época, já não era plausível uma confusão involuntária entre judeus e cristãos. Queria o imperador provocar protestos e obrigar assim os cristãos a desmascarar-se? Ou tudo não passaria de um grande propósito meramente fiscal? Realmente, englobando os cristãos entre os que estavam sujeitos ao imposto, o Estado romano poderia ter em vista unicamente aumentar a receita, e teria sido apenas a freqüência das recusas de pagamento que teria revelado à polícia a extensão já tomada pelo cristianismo e desencadeado a perseguição.

Seja como for, não oferece dúvida alguma a intenção política de Domiciano na sua ação anticristã. Ao ouvir falar do futuro reino de Cristo, teria receado uma conspiração? Os primeiros a serem atingidos pertenciam à aristocracia: o cônsul Acílio Glabrião, cujo jazigo de família, na Via Salaria, constitui a mais antiga necrópole cristã; Flávio Clemente, que há muito tempo estava sob suspeita por causa da sua “inércia” no tocante ao culto oficial e que, conforme diz Suetônio, foi condenado à morte “por uma suspeita muito leve”; e sua esposa Domitila, que foi desterrada para a ilha Pandatária e cujo nome designa ainda hoje um dos mais belos setores da Roma subterrânea das catacumbas. A suspeita imperial chegou ao ponto de mandar procurar na Palestina os descendentes daquele que

se dissera “rei dos judeus”, filhos humildes do Apóstolo Judas, e trazê-los a Roma a fim de os submeter a um interrogatório que, aliás, não levou a nada⁹.

Uma vez iniciada, a perseguição ganhou corpo e acabou por atingir todas as classes. Teria a acusação de ateísmo lançada contra Glabrião e Clemente, isto é, de oposição aos deuses oficiais, servido de pretexto para outras acusações oficiais? Teria sido posto em prática o “instituto neroniano”? Não estamos bem informados nem sobre o mecanismo nem sobre os pormenores da perseguição. Desencadeada nos últimos anos do governo de Domiciano, de 92 a 96, deve ter sido muito violenta: o papa Clemente, dirigindo-se em 96 à Igreja de Corinto, apresenta como desculpa pela demora da sua resposta “as desgraças e catástrofes” que acabrunhavam a comunidade romana.

Deve-se ter lançado mão de procedimentos muito semelhantes aos de Nero, se nos lembrarmos da tradição que, a propósito das provações de São João, evoca o suplício do caldeirão de azeite. E essa perseguição não feriu apenas Roma, mas todas as províncias, como o prova uma alusão de Plínio, o Moço, na sua carta a Trajano, e o texto do *Apocalipse*, obra que São João escreveu no próprio coração da tormenta, durante a sua deportação para a ilha de Patmos, ainda sob os efeitos da emoção que o espetáculo dos mártires lhe havia causado.

No momento em que findava o século I, o que a leitura do *Apocalipse* revela, através da orquestração grandiosa dos seus símbolos, é a trágica atmosfera em que o cristianismo se irá desenvolver, sob constantes ameaças e caminhando sobre o seu próprio sangue; é o nexa que começa a estabelecer-se entre a fé cristã e um não-conformismo religioso que podia fazer sombra aos poderes públicos, pois o *Apocalipse* diz que seriam mortos aqueles que não adorassem a Besta e a sua imagem (cfr. 13, 15); é, por fim, a rejeição — de que determinados elementos cristãos começam a tomar consciência¹⁰ — dessa Roma que embriaga todo o mundo com o vinho da sua impureza e que embebe as suas vestes no sangue dos fiéis (cfr. Apoc 17, 2-6 e 18, 24). No espaço de trinta anos, tornam-se já singularmente precisas as posições de Roma e do cristianismo nas suas mútuas relações.

(9) Cfr. cap. I, par. O fim de Jerusalém, nota 33.

(10) Nem todos: ainda nesta época, o papa São Clemente declara-se lealista. Cfr. cap. III, par. O nascimento da oposição.

“Vox populi”

Um elemento diferente do político vai tornar a situação dos cristãos ainda mais perigosa: é a hostilidade popular, que não procede de qualquer propósito racional, mas que saberá espiar e atacar os cristãos em todos os tempos e em todos os lugares. Essa hostilidade existiria já no tempo de Nero? Parece que sim, se tivermos presente a referência de Tácito a “peçoas odiadas pelas suas infâmias”¹¹. Seja como for, a verdade é que, à medida que o cristianismo se desenvolver, o ódio irá crescendo e passará a alimentar-se de um conjunto de falsas acusações, calúnias abjetas e invenções cujo absurdo e horror fariam rir, se não se soubesse que muitas vezes tiveram as mais trágicas conseqüências.

Que razões profundas teriam determinado esta corrente anticristã? Houve, sem dúvida, muitos fatores que contribuíram para ela: a austeridade com que os fiéis viviam e que demonstravam pela sua conduta; a condenação, ao menos implícita, que assim lançavam sobre as diversões imorais dos seus contemporâneos; o segredo de que rodeavam as suas reuniões, frequentemente noturnas e subterrâneas; o desprezo que o povo sente por tudo o que é humilde e pobre, não avalizado pela fortuna; e, por último, à medida que as perseguições se estendiam, o prazer feroz da denúncia e do assassinato, o sadismo da população. Quando a *vox populi* se faz ouvir — contrariamente ao adágio — nem sempre é a voz de Deus, nem mesmo a da razão e do bom senso.

É provável que os ritos cristãos, muito mal conhecidos e vilmente interpretados, se prestassem aos piores equívocos. O sacrifício eucarístico, com fórmulas como “este é o meu corpo, isto é o meu sangue”, podia sugerir algum ato canibalesco. A familiaridade entre os irmãos e irmãs, assim como o ósculo da paz que se trocava nas assembléias cristãs, podiam fazer pensar em relações ilícitas. A carta na qual a Igreja de Lyon contará o drama dos seus mártires é bem instrutiva a este respeito: escravos pagãos de senhores cristãos, presos pela polícia e submetidos a tortura, caluniaram os seus senhores. “Faríamos repastos dignos de Tiestes e seríamos incestuosos como Édipo. Acusavam-nos de horrores tão monstruosos que não podemos repeti-los nem pensar neles, nem mesmo acreditar que seres humanos alguma vez os tenham cometido”.

Essas fábulas odiosas hão de ter longa vida, pois proliferarão durante todo o século II. Por volta do ano 150, Frontão, retórico notável mas não

(11) É preciso ter em conta, porém, que Tácito escrevia por volta do ano 116, isto é, numa época em que há inúmeras provas dessa hostilidade.

genial, que conta Lúcio Vero e o futuro imperador Marco Aurélio entre os seus discípulos, afirma gravemente que está informado de que os cristãos envolvem uma criança em farinha e obrigam o neófito a varar-lhe o coração e a beber o seu sangue; e que depois a assembléia divide freneticamente entre si o corpo da vítima. A este quadro acrescenta-se o das orgias coletivas e das grandes luxúrias a que se entregariam os componentes da seita detestada, uma vez apagadas as luzes!

Outras zombarias, menos perigosas, mostram ainda quantas confusões mascaravam o cristianismo aos olhos do povo romano. Era voz corrente que os fiéis da nova religião adoravam um deus com cabeça de asno; em 1857, descobriu-se no Palatino um precioso *grafitto*, conservado hoje no museu Kirchner de Roma, gravado com estilete sobre o estuque de uma casa, e que representa um asno crucificado, com a legenda: "Alexamenos adora o seu deus". Qual seria a origem deste gracejo, que já antes se dirigia contra os judeus e que passou depois a ser empregado também contra os cristãos, acrescentando-lhe o pormenor da cruz? É possível que as pantomimas e as comédias, em que os atores vestiam máscaras ridículas com cabeça de asno, tivessem contribuído para isso. Ou talvez se tivesse feito uma aproximação com o deus Set dos egípcios, que era uma divindade semi-homem, semi-asno; realmente, certos gnósticos identificaram Set com Cristo, um e outro chamados "filho do homem". Pensou-se também no asno da viagem a Belém e no do Domingo de Ramos, assim como se sugeriu uma aproximação com certa passagem escabrosa do *Asno de Ouro*, de Apuleio, em que o animal desempenha o papel de genitor. O poder de invenção do povo não conhece limites e exerce-se com gosto no âmbito do absurdo.

É sabido também que a opinião pública gosta de encontrar bodes expiatórios sempre que sobrevém uma calamidade. Já Nero o compreendera. Nos meios populares pagãos, tão próximos ainda da consciência primitiva e onde campeia a superstição, o medo e o gosto pela magia inclinam sempre a interpretar tudo o que é nefasto como resultado de um malefício. As cerimônias dessas aves noturnas que eram os cristãos não estariam repletas de encantamentos suspeitos? As bruxarias, como se sabe, são mais eficazes à noite. Capazes de tudo, segundo a opinião pública, os cristãos deviam também ser culpados de tudo. Por isso dirá Tertuliano: "Se o Tibre transborda, se o Nilo não inunda os campos, se o céu está fechado, se sobrevém uma fome, uma peste, uma guerra, um só grito se levanta: «Os cristãos às feras! À morte os cristãos!»"

É preciso, enfim, tomar em consideração determinados interesses materiais que eram lesados pela propaganda cristã: os dos negociantes de objetos piedosos e de animais para os sacrifícios, que evidentemente procura-

vam defender-se. Devemos sobretudo pensar nas querelas particulares e nas inconfessáveis invejas que, sob a cor da fidelidade aos deuses e ao abrigo das leis, provocavam muitas e secretas vinganças. É todo este conjunto de sentimentos miseráveis que desencadeia freqüentemente a ação anticristã. Na maior parte dos casos, não é num ato do poder público que reside a origem da perseguição: é no ataque ululante da plebe, excitada pelos charlatães e bedéis dos templos, pelos sacerdotes pagãos menos categorizados e pelos vendedores ambulantes; é no assalto dos mais furiosos aos lugares de culto dos cristãos, aos seus cemitérios e aos depósitos onde guardavam o vinho e o azeite para os seus pobres; é na acusação mais ou menos anônima ou coletiva, que arrastava os suspeitos de "ateísmo" à presença dos magistrados e queria obrigar estes a maltratar os fiéis. É somente depois disso que volta à tona a questão jurídica. Com efeito, será muitas vezes o preconceito popular que desbancará o juízo legal e o varrerá como uma vaga; mas é preciso dizer, em abono dos funcionários romanos, formados no direito, que muitos deles reagirão contra esse frenesi e tentarão preservar um mínimo de legalidade. Foi o caso de Plínio, o Jovem, no tempo de Trajano.

O rescrito de Trajano e a "política cristã" dos Antoninos

Foi no ano 112 que se definiu pela primeira vez a posição jurídica do cristianismo no Império, graças a uma correspondência trocada entre o legado imperial Plínio, o Jovem, e o seu imperador Trajano. A carta do funcionário e o rescrito de Trajano constituem os documentos mais importantes sobre a controvertida questão do sentido e do alcance das perseguições. São também importantes pelas informações que nos dão sobre o desenvolvimento da propaganda evangélica oitenta anos após a morte de Cristo, e porque nos explicam a atitude de toda a dinastia antonina para com os cristãos, esse doloroso paradoxo de quatro soberanos verdadeiramente humanos e nada sanguinários que, durante o seu governo, deixaram correr sangue inocente.

Ambos os protagonistas desta cena pertencem a esse tipo superior da Antigüidade cuja aspiração e princípios Terêncio resumiu no célebre verso: "Sou homem e nada do que é humano me é estranho". Trajano é uma das mais nobres figuras que Roma conheceu no trono imperial; a harmonia dos seus traços, a dignidade das suas atitudes, a sua inteligência multifacetada, o seu amor ao trabalho, a simplicidade dos seus costumes e a afabilidade do seu trato compunham uma personalidade que se pode ad-

mirar em qualquer tempo. A sua humanidade revelou-se de inúmeras maneiras: pela política social, fundando obras de assistência e instituindo o socorro às crianças abandonadas; pelas suas decisões sobre matérias de direito penal, mandando limitar a prisão preventiva, suprimir dos processos as denúncias anônimas e julgar de novo todo aquele que, tendo sido condenado sem estar presente, viesse a entregar-se. Foi ele quem pronunciou a célebre fórmula que muitas das justiças modernas não querem reconhecer: “É preferível absolver um criminoso a condenar um inocente”. Foi em justa homenagem às suas qualidades que o Senado lhe deu o cognome de *Optimus*. No Baixo Império, o advento de um novo imperador passará a ser saudado com esta fórmula ritual: “Que sejas mais feliz do que Augusto e melhor do que Trajano”; e na Idade Média, quando a lenda tiver embelezado ainda mais a sua imagem, contar-se-á que — favor único — o santo papa Gregório obteve de Deus que a alma do grande imperador fosse acolhida no céu.

Quanto a Plínio, o Jovem, esse filho da mais amena região da Itália — pois nasceu em Como, nas margens desse lago aprazível —, hauriu na beleza e na doçura da sua terra natal aquele otimismo e aquela visão generosa do mundo que o arrastaram à beneficência e ao amor dos homens. Ao longo de uma carreira extremamente brilhante — e o sucesso incita à bondade —, demonstrou sempre possuir as mais altas qualidades morais. Na sua vida particular aconteceu o mesmo. Vemos pelas suas cartas como se interessava pela sorte dos escravos, libertando-os de bom grado, preocupando-se por eles quando estavam doentes, chorando a morte de um ou outro que a Parca tinha ceifado na flor da idade. Entre aquele imperador que, sobre a coluna “trajana”, ostenta ainda hoje o título de “pai da pátria”, e o escritor que devia fazer o seu panegírico, há uma completa sintonia de sentimentos e de intenções: nem um nem outro são bestas sequiosas de sangue.

No ano 112, Plínio escreve a Trajano. Faz já um ano que se encontra como legado imperial nas províncias asiáticas do Ponto e da Bitínia, vasta região junto ao Mar Negro, onde tratava de restabelecer a ordem após alguns anos de administração senatorial bastante fraca. A natureza desta missão, a dificuldade das circunstâncias e o caráter de Plínio, um pouco hesitante e escrupuloso, exigem que ele se dirija ao seu superior sempre que se lhe depare qualquer assunto delicado. Foi o que sucedeu na questão dos cristãos.

Quando se encontrava viajando pelo leste das suas províncias, o legado recebeu várias queixas a propósito dos seguidores de Cristo. Nascidas das primeiras sementeiras evangélicas — talvez oriundas do próprio São Paulo —, as comunidades cristãs tinham-se já expandido consideravelmen-

te pela Ásia Menor. O fato modificou a vida social a tal ponto que chegou a inquietar os representantes da antiga ordem. Os templos estão desertos, negligencia-se o culto oficial e o comércio dos animais destinados aos sacrifícios decaiu bastante. Levam ao legado alguns membros da "seita" e ele é obrigado a julgá-los. Mas, como bom jurista, sente-se embaraçado. Os processos instaurados em Roma e na província teriam revelado atos criminosos? Plínio nada sabe a esse respeito, mas não lhe parece que esses cristãos que foram trazidos à sua presença tenham cometido atos repreensíveis. Todavia, conhecendo evidentemente a jurisprudência antiga — o *institutum neronianum* e o que se seguiu —, resolve aplicar estritamente o princípio *não é permitido ser cristão*. Depois de ter feito os próprios acusados confirmarem por três vezes que eram cristãos, castiga-lhes a pertinácia criminosa e manda supliciá-los, à exceção dos cidadãos romanos, que envia a Roma. E de tudo isso presta contas, convicto de ter procedido bem.

Mas o seu embaraço aumentou, porque em pouco tempo o caso assumiu proporções enormes. A opinião pública, excitada pelas primeiras condenações, manifesta-se mais rudemente: chovem denúncias, muitas vezes anônimas, que apontam massas de pretensos cristãos. Trata-se agora de uma multidão de homens, de mulheres e até crianças, de todas as condições e de todas as idades, que são arrastadas para o pretório. Plínio é demasiado humano para mandar toda essa gente para o suplício sem prévio exame. Entrega-se, pois, a um inquérito mais minucioso, cujos resultados torna públicos. Entre os cristãos há muitos que reivindicam abertamente tal título, e para esses a coisa é clara, pois eles mesmos se colocam sob a alçada da lei, segundo a jurisprudência tradicional que o próprio legado já aplicara anteriormente. Mas há o caso dos outros...

Aparece um acusado que os denunciantes afirmam ser cristão. Ele nega, ou então reconhece ter pertencido à "seita" mas estar desligado dela há muito tempo. Posto à prova, adorou a efígie do imperador e os deuses dos templos, e negou Cristo. Pensando nas acusações que se propagam sobre as cerimônias e costumes cristãos, o legado procura saber se esses apóstatas, no tempo em que eram cristãos, teriam cometido algum crime ou delito. Todos o negam, mesmo depois de submetidos a tortura, entre eles duas mulheres escravas que tinham sido diaconisas numa comunidade. Todos proclamam que a sua única falta como cristãos tinha consistido em reunir-se antes da aurora para entoar salmos à glória de Cristo, em jurar que nunca seriam ladrões, assassinos ou adúlteros e em tomar uma refeição em comum — sempre que as autoridades não proibissem as suas reuniões.

-se assim: “É o próprio nome de cristão que é punível?” Neste caso, será necessário mandar para a morte não só aqueles que se declaram seguidores dessa doutrina, mas também todos aqueles que se dispõem a renegá-la? E sugere claramente que uma política de clemência, incitando à apostasia, poderia ter muito melhores resultados quanto à paz social e religiosa da província.

A resposta de Trajano a este relatório circunstanciado contrasta, na sua *imperatoria brevis*, com o documento do funcionário: em três frases, fixa a linha de conduta que o legado deveria seguir no futuro: “Não devem ser procurados; se te forem trazidos e os reconheceres, devem ser punidos; mas aquele que negue ser cristão e o demonstre, por exemplo suplicando aos nossos deuses, mesmo que tenha tido conduta suspeita no passado, deve ser perdoado”. Os romanos tiveram sempre o extraordinário dom de exprimir em fórmulas singularmente concisas os seus princípios jurídicos. As duas frases centrais do rescrito de Trajano, completadas pela recomendação de se rejeitarem denúncias anônimas e de se manter a legalidade na acusação e nos processos, definem toda uma atitude jurídica, certamente hostil ao cristianismo, mas que não se pode considerar injusta nem desumana do ponto de vista de Roma.

Os pontos fundamentais podem resumir-se assim: 1. O crime do cristianismo é um delito especial, de caráter excepcional, pois basta que o culpado se arrependa de tê-lo cometido para que seja absolvido, o que jamais podia acontecer com os crimes de roubo ou de homicídio. 2. Está implicitamente reconhecida a inocência dos cristãos quanto às abominações de que os acusam. 3. As autoridades não podem tomar a iniciativa das perseguições, isto é, não devem dar caça aos cristãos. 4. É necessário que haja contra os cristãos uma denúncia regular, segundo o princípio usual da lei antiga. 5. A apostasia, não só passada, mas imediata, isto é, durante o interrogatório, é suficiente para libertar o acusado.

Estas medidas, no seu conjunto, eram politicamente muito hábeis: um chefe de governo, raciocinando como tal e desconhecendo o admirável poder da fé sobre as almas, podia acreditar que semelhantes medidas poriam um freio à expansão da nova doutrina. Humanamente, se abstrairmos das horríveis condições em que o castigo era aplicado aos cristãos confessos — suplício na arena ou trabalhos forçados nas minas —, o rescrito nada tinha de feroz. Historicamente, prova que neste começo do século II o Império não procura destruir de maneira sistemática o cristianismo, pois não reconhece nele um adversário. Mas, em última análise, é um documento bastante ambíguo e equívoco, como observa Tertuliano quando diz ironicamente: “O cristão é punível, não porque seja culpado, mas porque foi descoberto, embora não se devesse procurá-lo”. Esta ambigüidade de ati-

tude é a que adotam sempre as sociedades muito velhas e seguras da sua ordem, perante as doutrinas que hão de vibrar-lhes o golpe de morte.

O rescritô de Trajano vai servir de base a toda a política dos seus sucessores em relação aos cristãos. Adriano, de maneira menos clara, confirma-lhe o sentido. A uma consulta de Grariano, procônsul da Ásia que está inquieto com o furor sangrento do povo contra os cristãos, e que se permite duvidar de que seja “justo condenar homens sem outro crime que não o do nome da sua seita”, o imperador responde ao sucessor do seu consulente, Minúcio Fundano, com esse misto de ceticismo e de moderação que constitui a base do seu caráter. Sim, deve-se aplicar a lei, mas não se deve ceder facilmente aos falatórios e às calúnias. Calma! Prudência! Parece ler-se entre as linhas deste novo rescrito, tal como as citou Eusébio, a fórmula usual de muitos governantes que receiam mais a opinião pública imediata do que os riscos futuros: “Nada de zelos excessivos!”

Também o “pio” Antonino, tão reverente para com os deuses, não se mostrará de uma hostilidade mais sistemática. Evidentemente, aplicará a jurisprudência anticristã dos seus predecessores; é no seu reinado que tem lugar em Roma o interrogatório do mártir Ptolomeu, cuja brevidade trágica nos foi transmitida por São Justino: “— És cristão? — Sou. — À morte!” Mas nenhuma medida revela que este devoto pagão tivesse o menor desejo de ultrapassar Trajano na repressão. Numa palavra: durante toda a dinastia antonina¹², a perseguição anticristã denota apenas o duplo desejo de manter a ordem e não irritar a opinião pública.

Em consequência desta política, a perseguição assume características particulares em todo o século II. É local e esporádica; nunca geral ou premeditada pelas autoridades. Desencadeia-se por pressão das massas; onde estas se agitam e se revoltam, o poder as acompanha. E a sua feição dependerá, em grande medida, do funcionário que estiver representando a autoridade imperial em cada momento. Veremos magistrados que estenderão a mão aos culpados, contentando-se com que eles queimem o menor grão de incenso no altar dos ídolos para os porem em liberdade, mas encontraremos outros, terrivelmente zelosos, que levarão longe o interrogatório, o inquérito e a tortura. O equilíbrio entre o rigor dos princípios e a intenção moderadora dos imperadores dependerá, em última análise, do acaso e dos acontecimentos.

(12) É curioso verificar que foi no governo de Cômodo, o último dos Antoninos e um verdadeiro monstro, que o cristianismo sofreu menos. Se houve algumas perseguições, nenhuma delas foi expressiva. E dele se conhece um indulto que concedeu aos cristãos que haviam sido condenados a trabalhos forçados na Sardenha. Obteve do bispo de Roma a lista desses infelizes e mandou um sacerdote romano libertá-los. Este ato deve ser lembrado em desconto dos seus pecados, que não foram poucos!

Na Ásia, dois príncipes da Igreja

No meio da imensa multidão de figuras heróicas que se erguem, ao longo do século II, com a fronte banhada em sangue, hesitamos em destacar uma ou outra, pois todas são igualmente dignas de veneração. Quereríamos enumerá-las exaustivamente: não só aquelas que a glória conservou e que são como marcos miliares nesta dolorosa estrada, mas também as obscuras, as anônimas, que pavimentam com os seus corpos imolados a calçada pela qual Cristo avançou. Todas apresentam, aliás, traços tão constantes, no desejo do sacrifício e na firmeza da alma, que evocar umas é o mesmo que conhecê-las todas: desde o mais santo bispo ao mais humilde escravo, há sempre o mesmo conjunto de virtudes entrelaçadas num só feixe pelo heroísmo, pela fé e pela simplicidade.

Dois homens se impõem logo de início à nossa atenção e são trazidos à plena luz não só pelas condições da sua morte (quase ousaríamos dizer que essas condições são e serão banais durante dois séculos), mas também pelo peso que uma obra intelectual eminente dá aos seus nomes e ainda pelo posto que ocupam na hierarquia: Inácio de Antioquia e Policarpo de Esmirna. Ambos são bispos, chefes de comunidades cristãs, e nesse tempo ser príncipe da Igreja não era coisa que desse muito repouso: o único benefício que daí advinha era o de estarem mais expostos a qualquer ataque. Nestas regiões da Ásia Menor e das ilhas vizinhas, onde o fanatismo religioso causava estragos há muito tempo, onde o culto imperial se firmara solidamente, sobretudo em Pérgamo, e onde a propaganda cristã, como vimos, tinha sido intensa e coroada de êxito, não é de admirar que o ódio anticristão fosse violento. E os dois príncipes da Igreja, Inácio e Policarpo, serão as suas vítimas mais célebres.

É muito curiosa e atraente a fisionomia de *Santo Inácio*, um tipo admirável desses revolucionários da Cruz que não mastigavam as palavras, que olhavam os homens e as coisas de frente e que assumiam os riscos com uma lucidez sem rupturas. Não é sem razão que, pela etimologia, o seu nome faz pensar em fogo — *ignis* —, como já se observava no seu tempo. As suas cartas revelam um homem enérgico e empreendedor, pronto a entrar em combate pela fé e pela justiça; mostram-nos também, pelo estudo que fez da constituição da Igreja, um jurista e um administrador eméritos; e, quando lemos as suas meditações sobre Cristo e sobre a vida espiritual, descobrimos nele um teólogo e um místico notável. A ele pertence a admirável fórmula que depois seria adotada por tantas almas santas: “Realizemos todas as nossas ações com o único pensamento de que Deus habita em nós”. Tendo sido testemunha ainda muito próxima da geração apostólica, da qual conheceu vários representantes diretos, é um

dos laços vivos que ligam a tradição cristã ao próprio Cristo, por intermédio de São Paulo ou mesmo de São Pedro ¹³. Nele vamos encontrar por inteiro toda a santa violência dos primeiros semeadores do Evangelho.

Foi preso no tempo de Trajano, no decorrer das perseguições que assinalaram o começo desse governo e de que possivelmente foi vítima em Roma o papa São Clemente, terceiro sucessor de São Pedro, e certamente São Simeão, em Jerusalém ¹⁴. São pouco conhecidas as condições do seu processo, e não se sabe se a iniciativa do mesmo partiu do povo ou de algum magistrado local. Quanto às circunstâncias do seu martírio, surgem tais contradições entre os diversos relatos que dele se fizeram em Roma e em Antioquia, que não é possível reconstituí-las. Quando muito, pode-se admitir que morreu no ano 170, talvez no Coliseu, então em fase de acabamento, por ocasião dos gigantescos espetáculos dados por Trajano para comemorar a sua vitória sobre os dácios, durante os quais foram chacinados cerca de dez mil gladiadores e onze mil feras. Mas, se nos faltam bastantes dados concretos, o que conhecemos maravilhosamente é a psicologia do santo e a sua alma iluminada. Chegaram até nós as suas cartas, tão numerosas e tão admiráveis que, na Igreja primitiva, serão consideradas quase canônicas e situadas um pouco abaixo das de São Paulo. São um dos monumentos do espírito cristão nestes primeiros tempos.

Condenado em Antioquia, juntamente com os companheiros Rufo e Zózimo, o bispo é enviado a Roma para ali ser lançado aos leões. Conhecendo o destino que o espera, manifesta um fervor e um entusiasmo tais que só uma explicação sobrenatural nos permite compreendê-los. Aos cristãos de Esmirna, escreve: “Debaixo da lâmina do cutelo ou no meio das feras, é sempre junto de Deus que estarei”. Cada um dos altos durante a viagem proporciona-lhe uma nova ocasião de propagar a palavra de Cristo. Em Esmirna, põe-se em contacto com o bispo Policarpo, que o seguiria mais tarde na senda do sangue. E antes de chegar a Roma, envia à comunidade da cidade uma carta — que Renan considera “uma das jóias da literatura cristã primitiva” — em que suplica aos fiéis que não façam nada para libertá-lo, para conseguir o seu perdão ou para evitar que seja supliciado. Perante a sorte mais terrível que se pode imaginar, o único receio deste homem é o de ser poupado ao seu destino. E exclama: “Dei-

(13) São João Crisóstomo, no seu *Panegírico de Santo Inácio*, afirma que ele foi designado bispo de Antioquia pelo próprio São Pedro; às *Constituições Apostólicas*, compilação do século IV, partem da base de que o foi por São Paulo.

(14) Cfr. cap. I, par. O fim de Jerusalém. São Simeão, sucessor de São Tiago à frente da igreja de Jerusalém, tinha conseguido salvar o seu pequeno rebanho por ocasião da conquista da cidade por Tito. Era já de idade avançada quando, no ano 107, foi denunciado como cristão e como descendente de Davi, portanto parente de Jesus. Depois de ser submetido à tortura, foi crucificado.

xai-me fazer o sacrifício enquanto o altar está preparado. Deixai-me ser presa das feras. É por meio delas que chegarei a Deus. Sou trigo de Deus, e, para que possa ser pão branco de Cristo, é preciso que seja moído pelos dentes dos animais”. A *Catena aurea* da nossa Idade Média oferecer-nos-á um símbolo legítimo quando afirmar — interpretando o sobrenome de Teóforo que Inácio usara enquanto vivo — que, ao abrirem o seu coração, encontraram nele o nome de Cristo gravado em letras de ouro.

Meio século depois, quando governava o imperador Antonino Pio, Policarpo, que recebera o grande Inácio e depois da sua morte reunira as suas cartas e meditara o seu exemplo, sofreu a mesma sorte. Sobre o seu processo e morte possuímos muitos dados, graças a uma carta que a comunidade de Esmirna enviou aos irmãos da Frígia a pedido destes, para lhes relatar os acontecimentos no momento exato em que se deram. Policarpo já era velho — quase nonagenário —, mas não há idade para se dar testemunho do Espírito e, aos mais fracos, Deus dá sempre forças para o seu combate.

No ano 155, doze cristãos de Esmirna tinham sido presos e julgados. Todos eles, exceto um, deram provas de uma intrepidez admirável, que atingia as raias da temeridade: um deles, em pleno interrogatório, chegou a bater no procônsul, talvez por tê-lo achado demasiado indulgente e ter tido receio de que a sua mansidão provocasse apostasias. A multidão, enfurecida, reclamou sanções mais severas. Ouviu-se em altos berros o nome de Policarpo. Perseguido durante dois dias e finalmente delatado por um dos seus servos, que tinha sido submetido à tortura, acabou por ser preso. A sua calma e a sua dignidade impressionaram os guardas que tinham ido prendê-lo. Há muitas irregularidades no seu processo, conduzido apressadamente mas de forma dramática. Realizava-se na altura uma sessão de jogos a que assistia o procônsul Quadrato. Trazem o bispo montado num jumento e atiram-no à arena. A sua entrada desencadeia nova gritaria. E começa o interrogatório, cuja trágica simplicidade é maravilhosamente retratada pelo texto hagiográfico. De um lado, o magistrado romano, que tem visível consciência de não estar dentro da estrita legalidade; do outro, a multidão prestes a rugir e a amotinar-se; em frente, o santo que não se curva.

— Jura pela sorte de César. Arrepende-te. Grita: “Morte aos ateus!”

Voltado para a multidão, aquela que é verdadeiramente atéia, e fixando-a com o olhar, o ancião estende a mão e diz: “Morram os ateus!” Mas não o diz, evidentemente, com o sentido que o romano pretendia.

O procônsul insiste:

— Torna-te apóstata! Jura e eu te devolvo a liberdade! Insulta a Cristo!

— Há oitenta e seis anos que o sirvo e nunca me fez mal algum. Por que então haveria de blasfemar contra o meu Rei e o meu Salvador?

— Jura pela sorte de César!

— És excessivamente confiante, se esperas convencer-me. Na verdade, eu te declaro: sou cristão.

— Tenho as feras à minha disposição.

— Dá as tuas ordens. Quanto a nós, quando mudamos, não é do melhor para o pior; belo é passar do mal para a justiça.

— Se não te arrependes, e já que desprezas as feras, morrerás numa fogueira.

— Tu me ameaças com um fogo que arde uma hora e depois se apaga. Mas conheces por acaso o fogo da justiça que há de vir? Sabes qual é o castigo que devorará os ímpios? Vamos, não te demores. Resolve como te aprouver.

Logo que o romano mandou o arauto proclamar a sentença, a multidão não se conteve. Saltou as grades do anfiteatro e espalhou-se pela arena. Foi ela que empilhou a lenha para a fogueira, e os judeus da cidade não foram os últimos a levar as suas braçadas. E as chamas elevaram-se altas e brilhantes, em forma de abóbada ou como uma vela enfunada pelo vento, de sorte que o corpo do mártir foi como o ouro e a prata purificados no cadinho¹⁵.

Na Gália: os mártires de Lyon

É na Gália que se desenrola outro episódio do grande drama das perseguições que vamos relatar. Para os cristãos da França, a cena reveste-se de particular importância, porque foi a primeira manifestação que trouxe a lume os princípios do Evangelho no seu país. Mas isto não quer dizer que a propaganda evangélica tivesse esperado pelo penúltimo quartel do século II para invadir a Gália. Sendo parte integrante do Império há duzentos anos, ligada a Roma por um comércio importante, aberta ao Mediterrâneo por grandes portos e atravessada por estradas admiráveis, não se compreende que a terra francesa pudesse ficar fora da sementeira cristã. As tradições que reivindicam, para esta ou aquela comunidade, uma ori-

(15) A parte final do documento relata um prodígio do gênero daqueles que tanto se gostava de associar à descrição do martírio. Como o fogo se mostrasse impotente para destruir o corpo de Policarpo, ordenaram que um carrasco o retalhasse a golpes de espada, mas jorrou tanto sangue que o fogo se extinguiu. Foi necessário acendê-lo novamente, e do corpo do santo restaram apenas as ossadas.

gem gloriosa e cheia de prodígios¹⁶, bem como algumas descobertas arqueológicas recentes¹⁷, permitem pensar que o cristianismo chegou à Gália muito cedo. Uma declaração de Santo Irineu, dizendo-se obrigado a estudar a rude língua celta para se fazer compreender pelas suas ovelhas, implica que no seu tempo o cristianismo já penetrara naquelas regiões em que o latim não era ainda a língua comum. Nas colônias orientais que ali faziam negócios, depressa se deve ter tido notícia da Boa Nova. Por volta de 150, existiam com certeza numerosos grupos de fiéis e estavam constituídas diversas Igrejas, das quais as mais ativas eram as de Lyon e Vienne. Foram estas as atingidas no ano 177.

Governava então Marco Aurélio. A nobreza da sua alma, a elevação do seu caráter e a sua constante preocupação humanitária e moral faziam dele, já aos olhos dos seus contemporâneos, um dos mais belos tipos que o mundo já conheceu. Mas este estóico, este amigo de Epicteto, foi um perseguidor, um carrasco dos cristãos? Custa admiti-lo, mas não compreenderemos bem a sua atitude se não tivermos em conta a jurisprudência estabelecida desde Trajano, que Marco Aurélio, governante escrupuloso, aplicou estritamente. Desconfiado do cristianismo, cético a respeito de tudo o que considerava fanatismo absurdo, este imperador exigia dos seus magistrados o respeito à lei; dentro dos seus limites, é certo, mas também dentro do rigor estabelecido. Não hesitará em chamar à ordem um funcionário excessivamente zeloso que violará a proibição de “dar caça aos cristãos”; mas sempre que surgir uma denúncia regular e uma queixa na forma devida, ordenará que o processo siga o seu curso legal, e o seu humanismo estóico não irá ao ponto de proibir as abominações do circo, que a época parecia exigir.

(16) É impossível entrar aqui em pormenores sobre essas tradições, que têm o encanto do regional e do folclórico. A mais célebre é a que relaciona a fundação da Igreja de Marselha com a família de Betânia, Lázaro, Marta e Maria, trazidos miraculosamente até à costa provençal. Regra geral, a característica comum destas tradições é estabelecer um laço de ligação com Cristo por intermédio de personagens que o conheceram: Santo Afrodísio de Béziers seria o hospedeiro que recebeu no Egito a Sagrada Família; Santo Amador de Autun, o servo da Virgem e do Menino; Santo Amador de Cahors seria o pseudônimo de Zaqueu, o bom publicano; São Restituto, de Saint-Paul-Trois-Châteaux, o cego de nascença a quem Jesus deu a vista; São Rufo de Avinhão, o filho de Simão Cireneu; São Marcial de Limoges, a criança que Jesus abençoou. Associam-se ao período apostólico outros missionários e fundadores ilustres. São Trofino de Arles e São Clemente de Viena são considerados discípulos de São Paulo; São Dinis de Paris, um dos convertidos do grande Apóstolo; Rennes reivindica São Lucas, e não há membro do grupo dos “setenta e dois” discípulos que não se cite aqui ou acolá na França. Acerca desta questão, que já suscitou muitas controvérsias, cfr. o que Duchesne expõe em tese crítica nos *Fastes épiscopaux de l'Ancienne Gaule*, Paris, 1895-1915. Ver também os trabalhos de L. Delisle, em *L'Histoire littéraire de la France*, tomo 24, Paris, 1898; Bellet, *Les origines des églises de France*, Paris, 1898, e a obra de Griffé, *La Gaule chrétienne à l'époque romaine*, t. I, Paris, 1947.

(17) Principalmente uma inscrição conservada em Marselha e que parece estabelecer como certos dois mártires contemporâneos dos de Lyon.

Em 163, segundo ano do seu governo, o grande doutor da Igreja, *Justino*, foi acusado na forma da lei pelo seu inimigo, o filósofo Crescente, e condenado à morte e executado com alguns discípulos, também segundo a lei, por se ter recusado a sacrificar aos deuses¹⁸. Em Lyon, no ano 177, o caso teve características diferentes. Por ocasião da festa que reunia anualmente, em volta do altar de “Roma e Augusto”, os delegados das três Gálias — Bélgica, Aquitânia e Céltica — e que coincidia com uma feira muito concorrida, a população, excitada pela expectativa dos jogos e pela tagarelice própria dos grandes ajuntamentos, deteve alguns cristãos, maltratou-os e denunciou-os. Fossem novatas ou pusilânimes, as autoridades civis e militares cederam à pressão e iniciaram o processo. Tomado de escrúpulos, o legado consultou o imperador, que o remeteu para a lei, isto é, para a jurisprudência de Trajano, e a seguir organizou-se o processo normal por delito de crença cristã. Tal como foi consignada por escrito, no dia seguinte ao do acontecimento, esta perseguição constitui uma das páginas mais horrorosas e, ao mesmo tempo, mais sublimes da história do cristianismo nascente.

Presos bastante ao acaso, segundo parece¹⁹, alguns notáveis cristãos foram imediatamente acusados dos crimes imaginários que a voz popular lhes atribuía. Alguns dos seus servos, submetidos a tortura, deram às calúnias uma espécie de aval. Quiseram que uma jovem escrava batizada, Blandina, se prestasse também a essas infâmias, e como ela parecia fraca de corpo e de espírito, os seus senhores não estavam muito tranqüilos. No entanto, cheia da força de Deus, respondeu: “Sou cristã, e entre nós não se pratica mal algum”. Os verdugos chegaram a revezar-se para arrancar-lhe qualquer confissão, mais foi tudo em vão. E os cristãos, admirados com tão grande força de alma numa menina e com tanta grandeza moral numa simples serva, reconheceram nela a porta-voz do próprio Mestre, “para quem é grande honra aquilo que os homens têm como desprezível e que leva mais em conta o poder do amor do que as vãs aparências”. “A serva Blandina — escreverá Renan — mostrou que se tinha consumado uma revolução. A verdadeira emancipação do escravo, a emancipação pelo heroísmo, foi em grande parte obra sua”.

Iniciado o processo, a primeira vítima foi Potino, bispo de Lyon, que contava na ocasião noventa anos. Havia já muito tempo que viera da sua Ásia natal e que governava a comunidade lionesa. “De saúde muito débil, mal podia respirar, tão gasto estava o seu corpo. Mas o ardor do Espí-

(18) Sobre a personalidade e a obra de São Justino, cfr. cap. VI, par. *Apologistas cristãos*.

(19) Não se confirma, por exemplo, que Santo Irineu, futuro sucessor de São Potino no bispado de Lyon, tenha sido perseguido.

rito deu-lhe forças, porque ansiava pelo martírio. Levado de rastos ao tribunal, com o corpo alquebrado mas com a alma intacta, prestou um testemunho de fé admirável. O governador perguntou-lhe qual era o Deus dos cristãos. «Sabê-lo-ás quando fores digno disso», respondeu. Foi então arrastado brutalmente e ainda mais maltratado. Encheram-no de pontapés e pancadas, sem qualquer respeito pela sua idade, e os que se encontravam mais afastados atiravam-lhe com tudo o que tinham à mão. Pensavam que assim vingariam os seus deuses. O mártir mal respirava quando por fim o meteram numa prisão, onde veio a falecer dois dias depois”.

Modelos desta natureza tornaram-se um exemplo. Houve entre os detidos como que um contágio de heroísmo. Alguns que tinham apostatado, sentindo não só vergonha de si próprios mas também o desprezo dos outros, retornaram à fé e abraçaram de novo o cristianismo. Rumo ao martírio, “os confessores caminhavam com o rosto resplandecente de glória e de beleza. As próprias correntes pareciam um nobre adorno, semelhante às franjas bordadas a ouro no vestido de uma noiva. Espalhavam à sua volta o bom odor de Cristo, de tal forma que muitos perguntavam se não vinham perfumados”. Os suplícios que lhes infligiram foram, diz o texto, “de uma variedade da maior beleza, e foi com flores de todas as espécies que eles entreteceram uma coroa e a ofereceram ao Pai”. Houve no anfiteatro, sob os olhos ferozes da multidão, as flagelações até a morte, as crucificações e as degolações do costume; não somente as feras tiveram o seu papel, mas inventaram ainda suplícios mais refinados, como a cadeira de ferro que, posta ao rubro, grelhava tão bem a carne que flutuava pelo ar o odor da gordura. São conhecidos os nomes de algumas destas vítimas: Vétio Epagato (São Vito), de família patricia; Santo, um diácono de Vienne; o neófito Maturo, Atala, um cidadão romano vindo de Pérgamo, e Pôntico, uma criança de quinze anos. No meio do anfiteatro tinham pendurado Blandina de um poste e “vendo-a assim, como crucificada e orando em voz alta, os combatentes de Cristo sentiam-se mais corajosos”.

Esgotada a lista das vítimas — umas cinquenta, como se julga —, restou Blandina. As feras, já fartas sem dúvida, olhavam-na com desdém. Ela e seu companheiro Pôntico haviam sido conduzidos várias vezes ao anfiteatro e obrigados a assistir aos suplícios de seus irmãos, na esperança de que abjurassem. Tinham-se mantido fimes. Mas chegou-lhes a vez. Como uma nobre mãe que anima os seus filhos, Blandina encorajava Pôntico nas torturas. Nem o látego nem a grelha lhes foram poupados. Como Blandina continuasse a viver, “meteram-na dentro de uma rede e jogaram-na ao touro. Atirada ao ar diversas vezes pelo animal e quase inanimada”, ainda respirava. Por fim degolaram-na. “E os próprios pagãos reconheceram que nunca tinham visto mulher alguma sofrer tanto e tão bem”.

↳ BLANDINA

Quando tudo terminou, expuseram e insultaram os corpos dos mártires durante seis dias; depois queimaram-nos, reduzindo-os a cinzas, e atiraram estas ao Ródano, para que nada restasse. E como estavam bem a par dos dogmas cristãos e sabiam da esperança que os sustinha, ainda que não soubessem medir o seu alcance espiritual, os adversários diziam ao espalharem as cinzas: “Vejam os se agora o seu Deus os ressuscita” *

Em Roma, uma jovem patrícia: Cecília

Mal se tinham extinto as chamas das fogueiras gaulesas, a perseguição reacendeu-se em Roma, nos últimos tempos de Marco Aurélio. Foi desencadeada, sem dúvida, por causas profundas, como o nervosismo e a irritação que se tinham apossado das autoridades e da opinião pública desse governo em face das guerras espinhosas na Bretanha, no Reno, no Danúbio e contra os partos da Armênia, bem como diante das terríveis epidemias e das brechas na fidelidade dos militares. Nessas circunstâncias, os processos contra os cristãos bem podem ter desempenhado mais uma vez o seu papel de útil diversão.

É no decurso destes três anos — 178 a 180 — que podemos situar um dos mais célebres martírios: o de Santa Cecília. É certo que a data tem sido discutida, variando, ao sabor dos biógrafos, do tempo de Marco Aurélio ao de Juliano, o Apóstata, o que representa um lapso igual ao que separa a nossa época da de Luís XIV. Mas o martirológio de Adon de Viena afirma formalmente que Cecília morreu “no tempo dos imperadores Marco Aurélio e Cômodo”, e este texto muito tardio, do século V, encontra-se autenticado nesse ponto pela alusão precisa que faz a uma decisão jurídica recente, promulgada em conjunto pelos *imperatores*: provavelmente um rescrito relativo aos martírios de Lyon, assinado ao mesmo tempo por Marco Aurélio e seu filho Cômodo, que havia dez anos fora associado ao Império.

Mas a data não é a questão mais intrincada no caso deste martírio. A *Passio Sanctae Ceciliae*, que nos fornece a trama, é um texto três séculos e meio posterior ao acontecimento, e nele um autor cheio de boa vontade, de conhecimentos teológicos e de talento literário enfeitou, com uma piedade pouco discreta, um fato de uma trágica simplicidade. A crítica identificou muitas influências nesta obra, tais como as de Tertuliano e Santo Agostinho, e bem assim a de numerosas *atas dos mártires* canônicas ou apócrifas. Tal como a lemos, a história de Santa Cecília pode ser citada como o exemplo mais perfeito dessas *Paixões* que os cristãos da Idade Média amavam loucamente e cujo encanto poético não pode ser nega-

do, mesmo que se duvide da sua veracidade. É sob os traços com que a retratou Rafael que evocamos hoje essa moça altiva; e de Pope a Dryden ou de Addison e Ghéon, muitos foram os escritores que a tomaram como heroína, sem deixar, no entanto, de acentuar ainda mais o traço que lhe vinca a fronte.

Cecília pertencia a uma das mais nobres e mais antigas famílias de Roma, essa *gens Caecilia* que, durante os séculos da República, estivera ligada a tudo quanto respirasse glória. Contava entre os seus antepassados os vencedores de Veios e de Cartago, além de matronas que já no tempo dos Tarquínios haviam sido apontados como exemplo, e essa Cecília Metella, esposa do triúnviro Crasso, cujo túmulo na Via Ápia ainda hoje nos impressiona pela sua majestade. Neste meio da mais alta aristocracia, como é que ela foi tocada, “desde a infância”, pela graça cristã? É bem possível que o seu batismo tenha sido obra de alguma ama ou escrava fiel a Cristo. O Evangelho não cessara de progredir nas camadas superiores, desde a história de Domitila. Já no governo de Antonino Pio se relatava o martírio de duas patrícias, Santa Praxedes e Santa Prudenciana, cuja memória é perpetuada em Roma por duas basílicas. No lar de seus pais, algum daqueles belos edifícios construídos após o incêndio de Nero, Cecília foi crescendo no meio da sua fé. “Trazia — assegura o velho texto — um cilício por baixo dos vestidos bordados a ouro, e o Evangelho no coração”.

Quando chegou à idade de contrair matrimônio, seus pais destinaram-na a um rapaz jovem e amável chamado Valeriano, descendente de uma “gens” também muito ilustre, a dos *Valerii*, em que eram inúmeros os feitos heróicos. Possuíam do outro lado do Tibre uma moradia riquíssima, estranhamente situada num bairro modesto, e Cecília fora destinada pelos pais a passar ali os seus dias como uma boa mãe de família. E foi ali que veio a ser martirizada.

Começam aqui a desfilar as maravilhas. No fundo da sua alma, Cecília tinha-se prometido a Deus somente. Mas por que não avisou o noivo, antes do casamento, do voto secreto que fizera? Teve medo de ser traída, ou estava já a cumprir um desígnio da Providência? O antigo narrador preocupa-se pouco com a psicologia. Na noite de núpcias, terminadas as festas de um casamento mundano, Cecília, após ter pedido ao Senhor que “conservasse a sua alma e o seu corpo sem mancha”, dirigiu ao esposo um pequeno discurso que começava assim: “Ó doce e amável jovem, eu tenho de confiar-te um mistério, sob a condição de que tu me jures solenemente guardar segredo...” Perante esse rosto amado, subitamente tão ansioso, que podia fazer Valério senão aceder? E ouviu da boca daquela que tanto amava que ela nunca lhe pertenceria.

Quereríamos poder acompanhar em todos os seus pormenores o saboroso latim da *Passio*, e ver desabrochar uma após outra todas as flores desse ramalhete de prodígios, narrados com uma simplicidade e uma sem-cerimônia que nos fazem pensar nas narrativas do *Graal* na versão francesa de Chrétien de Troyes. O autor acredita de tal maneira naquilo que conta, que a sua força de convicção arrasta, na ordem poética, o assentimento do coração. Valério escuta. Ouve a jovem esposa falar de Jesus, da fé cristã, do anjo que vela pela sua pureza e do amor sobrenatural que a espera. Imediatamente — reação de ternura? milagre? — corre ao longo da Via Ápia e vai a um lugar onde lhe disseram que encontraria um sábio ancião pronto a recebê-lo. Cai “como um corpo morto” aos pés de Urbano (bispo de Roma?), que o acolhe com transportes de alegria, e, enquanto o santo varão pronuncia sobre ele as palavras sacramentais, Valério vê em êxtase um ancião nimbado de ouro que lhe apresenta um livro, na primeira página do qual lê estas palavras: “Um só Deus, uma só fé, um só batismo”. A oração de Cecília vencera.

Mas não é ainda bastante este primeiro toque da virgem cristã no címbalo do Paraíso. O irmão de Valério, Tibúrcio, vem visitar o jovem casal e fica admirado ao respirar o maravilhoso odor que os envolve, tanto quanto ao escutar os graves propósitos que lhe comunicam. Dizem-lhe que fizeram uso de um perfume sobrenatural de rosas e de lírios invisíveis, e que as suas palavras têm uma explicação muito simples. Pede que o informem, e recebe da cunhada um pequeno curso de teologia que, se foi notável pelo saber e eloquência, não o foi menos pelo maravilhoso resultado que obteve — a conversão de Tibúrcio. “O anjo de Deus falou pela tua boca!”, disse ele a Cecília. E foi lançar-se também aos pés de Urbano.

É agora que começa o drama. Os dois irmãos neófitos alardeiam a sua fé. Constroem nos jardins de suas famílias necrópoles onde repousarão os corpos de numerosos mártires. Organizam cerimônias nas suas casas. Dentro em breve serão denunciados, presos e levados ao prefeito da cidade que, evidentemente, procura livrar do castigo aqueles jovens de alta linhagem. Mas os dois irmãos queriam morrer; esperam apenas o golpe da espada e, para o receberem, desprezarão todos os magistrados do mundo e todos os deuses de Roma. E a sua atitude é tão heróica e a sua fé tão exuberante que o rude soldado incumbido de os levar ao suplício, chamado Máximo, segue-lhes o exemplo e converte-se. Caem os três juntos, os dois patrícios a golpes de cutelo e Máximo a golpes de chicote revestido de chumbo.

Cecília fica só, viúva e virgem, mas mais exaltada ainda na sua fé. Manda recolher os três corpos e deposita-os numa necrópole cristã. Não desfalece. Quando chega a sua vez de ser julgada, proclama bem alto a

sua fé e assume as responsabilidades. O texto a que nos reportamos põe na sua boca palavras dignas de Polieuto: “Não renegaremos nunca o santíssimo nome que conhecemos. *Non possumus!* É-nos impossível. Preferimos morrer na liberdade suprema a viver na desgraça e no desamparo. E o que vos tortura, a vós que em vão vos esforçais por obrigar-nos a mentir, é precisamente esta verdade que proclamamos...”

A moça indomável domina o funcionário e zomba do pagão em termos que Corneille há de recordar: “Adorais deuses de pedra ou de madeira?” Era demasiado. Que pereça! Primeiro tentam matá-la por meio do suplício que era costume aplicar às grandes damas condenadas: a asfixia na própria sala de banhos, depois de sobreaquecida. Mas quando os carrascos reabrem o *caldarium* que durante vinte e quatro horas haviam convertido numa estufa sufocante, encontram a mártir num ambiente de agradável frescor, orando e louvando a Deus. O cutelo quebrar-lhe-á a resistência? O executor, perturbado ou pouco destro, erra os três golpes que a lei autorizava, e Cecília jaz prostrada, com o pescoço meio decepado, mas — que milagre! — ainda com forças para reconfortar os seus...

De toda esta história maravilhosa e um pouco mirabolante, a crítica retém o fato da existência de Cecília e o seu martírio. A descoberta, em 1599, debaixo de uma placa assinalada com o seu nome, de um corpo de mulher decapitada; a descoberta em 1905, debaixo da igreja de Santa Cecília no Trastevere, de um *caldarium* e de alguns mármores antigos, um dos quais tem o nome da santa, parecem confirmar o essencial do maravilhoso relato, pelo menos quanto ao seu fim.

O que aparece como válido nesta edificante narrativa é a afirmação dos méritos espirituais da virgindade, da nobreza da mulher que rejeita a felicidade de ser mãe para encontrar, sobrenaturalmente, o direito de dar almas ao seu Deus. É esta mensagem — revolucionária em face da antiga concepção romana da mulher como mero instrumento social da fecundidade patriótica — que se torna necessário ouvir quando, na catacumba que tem o seu nome, nessa terra que herdara de seus avós²⁰, no fim do outono, Cecília é festejada pela Igreja e sob as abóbadas e mosaicos ressoa o hino *Jesus corona virginum*, o hino das virgens e das mártires²¹.

(20) A cripta de Santa Cecília está situada perto da Via Ápia, na região das catacumbas de São Calixto.

(21) Tertuliano e Eusébio referem um episódio contemporâneo — o da *Legio Fulminata*, em 174. A 12ª legião romana, isolada no coração do deserto de Melitene, na Líbia, e ameaçada de morrer de sede, foi salva por uma tempestade inesperada. O fato é historicamente certo. A tradição cristã assevera que esse milagre foi devido às orações dos soldados cristãos, numerosos neste corpo recrutado sobretudo na Síria, levando Marco Aurélio a publicar um rescrito de clemência com os cristãos. Os pagãos, porém, atribuíram o milagre a Júpiter, e não há indícios de que o imperador tenha experimentado nenhuma reviravolta nos últimos tempos do seu reinado.

Na África, os humildes mártires de Scili

No entanto, às amplificações literárias da *Passio* de Cecília, temos o direito de preferir um documento que não é de uma época posterior, mas, pelo contrário, foi redigido no momento em que os fatos se produziram, e que, pelo seu caráter quase estenográfico, lembra um relatório oficial, vasado num estilo despojado que o torna mais surpreendente. Trata-se do *Processo dos Mártires de Scili*, tal como se desenrolou em Cartago, no começo do governo de Cômodo, provavelmente no ano 180. Tem-se perguntado se o documento não é simplesmente a transposição do relatório do procônsul sobre o episódio. Seja como for, é um dos textos mais irrecusáveis de todos os martirológicos: transpira verdade.

Quando é que o Evangelho chegou à África? Não o sabemos ao certo, como não sabemos quando é que chegou à Gália. Catacumbas encontradas em Susa, a antiga Hadrumeto, e que têm mais de cinco mil túmulos, provam que o cristianismo já era florescente na atual Tunísia desde o tempo dos Antoninos. Cartago, importante centro comercial, deve ter recebido muito cedo os mensageiros da Boa Nova. Por volta do ano 130, o Evangelho já devia permear toda a África do Norte, visto que o drama se desenrolou em Scili, minúsculo burgo da Numídia. Lá foram presos, a fim de serem enviados a Cartago para julgamento, doze fiéis, entre os quais cinco mulheres. Devia tratar-se de pessoas humildes; nada sabemos de nenhuma delas. É necessário citar sem nenhum comentário as duas páginas deste diário, para podermos compreender quanto heroísmo e quanta santidade a fé transmitia então às almas.

“Em Cartago, no segundo consulado de Presens e primeiro de Claudiano, em 16 das calendas de agosto, compareceram à sala de audiências Esperato, Natzalo, Citino, Donata, Secunda e Véstia.

O procônsul Saturnino deu início ao interrogatório:

Saturnino: — Podeis obter o perdão do imperador, nosso senhor, se retornardes aos melhores sentimentos.

Esperato: — Nunca fizemos mal algum nem cometemos qualquer injustiça; não desejamos mal a ninguém e, mesmo quando nos maltratavam, respondemos somente com bênçãos. Somos, pois, súditos fiéis do nosso imperador.

Saturnino: — Está bem. Mas nós temos uma religião que deveis observar. Juramos pela divindade imperial e oramos pela saúde do imperador. Como vedes, é uma religião muito simples.

Esperato: — Escuta-me, por favor, e eu te revelarei um mistério de simplicidade.

Saturnino: — E tu nos explicarás uma religião que insulta a nossa; não te quero ouvir. Jura antes pela divindade do imperador.

Esperato: — Eu não conheço o imperador divinizado deste mundo e prefiro servir a Deus, que ninguém viu nem pode ver com os olhos da carne. E se não sou ladrão, se pago o preço daquilo que compro, é porque conheço o meu Senhor, o Rei dos Reis, o Imperador de todos os povos.

Saturnino (para os outros) : — Abandonai essas crenças.

Esperato: — As crenças são más quando incitam ao assassinato e ao perjúrio.

Saturnino (para os outros) : — Não partilheis da sua loucura.

Citino: — A ninguém tememos, a não ser ao Senhor, nosso Deus, que está no céu.

Donata: — Respeitamos César como ele merece, e não tememos senão a Deus.

Véstia: — Eu sou cristã.

Secunda: — Eu também sou cristã. E quero continuar a sê-lo.

Saturnino (a Esperato) : — Persistes em dizer-te cristão?

Esperato: — Eu sou cristão.

E todos fizeram a mesma declaração.

Saturnino: — Quereis tempo para refletir?

Esperato: — Não se discute uma decisão tão sábia.

Saturnino: — Que há dentro desta caixa?

Esperato: — Os livros santos e as cartas de Paulo, um justo.

Saturnino: — Concedo-vos um prazo de trinta dias. Refleti.

Esperato (repete) : — Eu sou cristão.

E todos disseram o mesmo.

Então o procônsul leu a sentença escrita na tábua encerada: Esperato, Natzalo, Citino, Donata, Véstia, Secunda e todos os outros confessaram que vivem segundo as práticas cristãs. Foi-lhes dada oportunidade para regressarem à religião romana. Recusaram com obstinação. Condenamo-los, pois, a perecer sob a espada.

Esperato: — Damos graças a Deus.

Natzalo: — Hoje, mártires, estaremos no céu. Graças a Deus.

O procônsul Saturnino mandou então anunciar pelo arauto: «Mando que conduzam ao suplício Esperato, Natzalo, Citino, Vetúrio, Aquilino, Lactâncio, Januária, Generosa, Véstia, Donata e Secunda».

Todos: — Graças a Deus.

E foi assim que todos receberam juntos a coroa do martírio. E eles es-

tão no Reino com o Pai, o Filho e o Espírito Santo, por todos os séculos dos séculos. Amém''²².

O martírio, testemunho humano

Ao longo desta narrativa das *Acta Martyrum*, a impressão que se nos impõe ao espírito é a de uma coragem tão sublime que, mesmo considerada apenas no plano humano, coloca estes milhares de sacrificados voluntários na primeira fila dos heróis. Desde o mais célebre até o mais obscuro, todos deram provas, perante a morte, de uma firmeza de ânimo e de uma serenidade que, independentemente da adesão à sua fé, suscitaram muitas vezes a maior admiração. Há aqui um conjunto único de testemunhos prestados pelo homem ao homem sobre aquilo que há nele de melhor e de mais puro.

Não se pode dizer que, para enfrentar o fim horrível a que se sabiam condenadas, estas vítimas tivessem tido forças psíquicas maiores do que as nossas, nem que estivessem obcecadas por qualquer hipnose extática. Uma das características mais pungentes da sua paixão é, pelo contrário, a simplicidade com que os cristãos a ela se referem. Nas prisões em que esperam a sua última saída, conversam, como sabemos, sobre o suplício; perguntam-se sobre o golpe do cutelo, se dói muito e se se sofre muito para morrer; discutem as torturas a que se sabem condenados. Mas superam todo o horror que estas imagens lhes poderiam causar e que a sua imaginação evoca sem mágoa. E muito poucos fraquejam no momento supremo. Encorajando-se mutuamente, trocando entre si o ósculo da paz, mais unidos ainda no sacrifício do que na vida cotidiana, em que certamente existiriam as dissensões e discórdias próprias do ser humano, caminham para o suplício levando no coração a paz que Cristo lhes havia prometido.

Mas, tanto como este heroísmo, é necessário reter o significado que lhe dão. Há muitos modos de ser valente e muitas razões para desafiar a morte; há heróis cujo sacrifício não é senão inconsciência, como acontece com aqueles que, conforme certa moral nietzscheana, procuram por essa via a realização do homem, a sua "superação". Ao sacrificar-se, os cristãos das perseguições têm em vista um fim muito definitivo. Votam toda a sua existência a uma realidade que lhe dará o significado último. São, literalmente, *têstemunhas*. E é por isso que, na antiga jurisprudência, em que sempre se tomava pela tortura o depoimento dos mais humildes, dos

desprezados, dos escravos, a palavra *mártir* significa, ao mesmo tempo, aquele que dá testemunho e aquele que se submete à tortura para falar.

No entanto, os cristãos não procuram prestar esse testemunho voluntariamente ou, melhor, não provocam a ocasião. Marco Aurélio engana-se quando vê na atitude dos cristãos uma presumida fanfarronada; pelo contrário, muitos textos da Igreja primitiva insistem sobre a inutilidade e até sobre o perigo das atitudes ostensivas. Na *Paixão* de São Policarpo relata-se que apenas um dos cristãos presos se acovardou perante as feras: era exatamente aquele que, por iniciativa própria, se havia apresentado aos juízes e arrastado alguns outros a imitá-lo. “É por isso — diz o texto — que nós censuramos aqueles que se entregam espontaneamente aos tribunais; não é esse o espírito do Evangelho”.

Não se trata, pois, de sair em busca de uma vã gloriola, mesmo através do sacrifício mais pleno; mas quando a Providência dispõe que o testemunho seja prestado, é necessário até o fim. Esta é, na sua sabedoria e na sua grandeza, a moral do heroísmo dos mártires. Submeter-se e não procurar vingar-se dos perseguidores; caminhar para o holocausto com amor, como Jesus que, do alto da Cruz, perdoou os seus carrascos; “viver toda a vida e morrer toda a morte”, como dirá muito mais tarde um místico: o martírio situa-se no extremo de uma existência inteiramente voltada para o testemunho e é como que o seu coroamento.

Os mártires dão testemunho de Cristo de duas formas: pela palavra e pelo sangue. Podemos citar um grande número de cristãos que aproveitaram a prisão e o processo para gritar bem alto a sua fé e espalhar a verdade. Assim o fizera outrora o primeiro dos mártires, Santo Estêvão, que teve numerosos imitadores. E muitas vezes isso se reduzia a uma simples afirmação, como aquela que soou nos lábios dos mártires africanos: “Eu sou cristão”; ou ainda, no interrogatório prévio para identificação: “Como te chamas?” “Cristão, isso basta”.

Outras vezes, é um ato de fé mais explícito, como o de São Justino em Roma, no ano 163: “Nós adoramos o Deus dos cristãos; cremos que Ele é o Deus único, o Criador desde a origem e o ordenador de toda a criatura visível e invisível. E cremos no Senhor Jesus Cristo, filho de Deus, anunciado pelos profetas, enviado para salvar os homens, Messias redentor, mestre de sublimes lições”. Ou ainda, sob a aparência de uma defesa segundo a lei, é um verdadeiro curso de apologética e de teologia; assim, diz-se de Apolônio — sábio ancião cristão que foi julgado em Roma por volta do ano 180 — que o seu processo deu lugar a verdadeiras discussões filosóficas no meio de uma assistência de intelectuais e senadores sobre os quais o sábio fez incidir, durante três dias, não só abundância de luz como argumentos de peso.

Quais foram os resultados deste testemunho pela palavra e do testemunho — mais impressionante ainda — pelo sangue derramado? Foram imensos. Há um contágio do heroísmo, que sensibiliza facilmente a alma humana, por pouca nobreza que esta traga em si. Aconteceu muitas vezes que cristãos que assistiam como espectadores a processos instaurados contra os seus irmãos, eram de alguma forma impelidos a trair-se e a gritar, ao serem invadidos pelo fervor da fé desses mártires. Assim, em Lyon, Vétio deixou-se trair pela sua indignação. A emulação do sacrifício projetou muitos acima de si próprios. Que sentimentos não deviam experimentar aqueles que viam morrer na glória celeste os seus amigos, e os filhos que, como o jovem Orígenes, assistiam ao suplício do pai? Às vezes, acontecia que corriam a colocar-se voluntariamente sobre o cavalete. O sangue é o cimento que mais fortemente liga entre si os seguidores de uma causa: foi ele que selou o cristianismo nascente.

Mas o martírio não atuava de forma menos eficaz sobre os espectadores pagãos. É verdade que a maior parte dos que assistem no anfiteatro aos extraordinários espetáculos destes sacrificados não encontram ali senão um modo de satisfazerem as suas paixões inconfessáveis. Mas notam-se também outros sentimentos. No decorrer da paixão de São Policarpo, a atitude de um dos seus companheiros, Germânico, diante das feras, é tão corajosa que a multidão se deixa invadir por uma admiração esportiva e o aclama. Outras vezes, o horror dos sofrimentos é tal que os nervos da assistência se destemperam e ela acaba por sentir-se tomada de compaixão. Assim aconteceu no tempo de Nero e assim acontecerá em Esmirna.

Espíritos retos indignam-se quando vêem tratar como criminosos seres humanos a quem nada se pode censurar, e esta reflexão, por vezes, é suficiente para uma conversão. Os próprios magistrados sentem-se afetados e mostram-se, não somente humanos nas suas tentativas para salvar os acusados, mas também inquietos e interessados por essa fé que provoca tamanho heroísmo. E as referências que se encontram nas *Paixões e Atas dos Mártires* aos carrascos convertidos pelo exemplo das próprias vítimas são tão numerosas e tão precisas, que não as podemos considerar meramente como exageros literários ou fórmulas de estilo. Podemos ver nelas, mais profundamente, a prova histórica do dogma cristão sobre a reversão dos méritos e o poder redentor do sangue.

“Quando eu era discípulo de Platão — escreve São Justino na sua *Apologia* (11, 12) —, ao ouvir as acusações lançadas contra os cristãos, e vendo-os enfrentar a morte tão intrepidamente, inaccessíveis ao medo de tudo aquilo que os homens temem, dizia a mim próprio que era impossível que eles vivessem mal e no amor dos prazeres”. É verdadeiramente no sentido mais concreto que temos de entender as palavras de Tertuliano,

quando diz que o sangue dos mártires foi a semente do cristianismo. É a lição da história em conformidade com o Evangelho: é preciso perder a vida para salvá-la.

O martírio, ato sacramental

“É preciso perder a vida para salvá-la”... Nesta breve frase, recolhida dos lábios de Cristo, reside a explicação do heroísmo de que os mártires deram provas: a sua experiência e o seu sacrifício não encontram o seu verdadeiro sentido se não forem interpretados em função de uma intenção sobrenatural. É verdade que toda a causa humana pode encontrar os seus fanáticos, que se dispõem a morrer para que essa causa triunfe; mas os mártires não pensam propriamente no triunfo da sua causa, no sentido em que hoje se fala de “causa” a respeito de um partido político ou de uma doutrina filosófica: aquilo para que eles tendem ultrapassou o âmbito das lutas da terra. Testemunhas de Cristo, esses homens são combatentes do reino de Deus.

Assim, o martírio não é apenas um fato político, a consequência lógica de um conflito entre uma doutrina revolucionária e a ordem estabelecida. É um elemento fundamental da Igreja primitiva, um ato sacramental, que se realiza nas almas privilegiadas como um carisma, como “a graça das graças”, e cujos efeitos sobrenaturais se projetam sobre toda a comunidade dos filhos de Deus. Fé absoluta em Jesus, esperança total na Promessa, caridade levada até o extremo da oblação de si mesmo: as três virtudes teológicas efetivam-se no martírio com uma plenitude inigualável. No sacrifício do sangue, encontra a sua expressão mais perfeita a experiência cristã toda inteira, moral, ascética e mística.

“Que outra coisa é o mártir — escreverá no século IV São Vitricio de Rouen, no seu livro *La Louange des Saints* — senão um imitador de Cristo?” A verdadeira “imitação”, aquela que no futuro as gerações dos fiéis se esforçarão por alcançar, foi realizada de uma só vez pelas vítimas da arena. O mártir caminha no seguimento de Jesus, como Jesus tinha predito a Pedro: “Para onde eu vou, não podes seguir-me agora, mas seguir-me-ás mais tarde” (Jo 13, 36). Escrevendo aos fiéis de Magnésia, Santo Inácio de Antioquia diz-lhes: “Se não estivermos todos preparados, com a ajuda de Jesus Cristo, para correr para a morte e imitar a sua Paixão, a sua vida não estará em nós”. E mais tarde, na narrativa da morte de São Policarpo, ler-se-á esta frase: “Nós adoramos Cristo como o Filho de Deus, mas, com toda a justiça, veneramos os mártires como discípulos e imitadores do Senhor”. De século para século, esta convicção transmitir-se-á atra-

vés da Igreja até os nossos dias; imagine-se o que ela deve ter sido como idéia-força nas horas em que o risco do sacrifício era universal. Era em Cristo que se tinha dado aos homens, era na sua divina imagem que cada um ia buscar o seu modelo. Assim — dirá São Gregório Magno — Cristo será verdadeiramente para nós uma hóstia quando, por Ele, nós mesmos nos tivermos transformado em hóstias. E mais uma vez pensamos nas palavras de Santo Inácio, desejando ser trigo moído para se tornar pão branco de Deus.

A imitação do Único Modelo contém em si a sua recompensa. Meio místico por excelência, o martírio é a melhor maneira de unir-se a Jesus. Já na terra, submetidos aos mais intensos sofrimentos, os mártires são ajudados por Ele e fortificados pelo seu poder. É Ele quem inspira aos confessores da fé as respostas fulgurantes e os gritos admiráveis que brotam dos seus lábios. É por intermédio dEle que, muitas vezes, no instante supremo, explodem neles as visões sobrenaturais e o espírito de profecia. Mas, muito mais ainda, é pela morte que se realiza a união com Cristo. A grandiosa certeza que estas almas privilegiadas levam consigo ao enfrentarem todos os suplícios, é que, uma vez libertadas do corpo, conhecerão as felicidades divinas e irão diretas para o céu. São Cipriano escreverá, a respeito do martírio, que “é o batismo pelo qual, desde a nossa saída do mundo, ficamos unidos a Deus”. É por isso que este batismo de sangue pode suprir o batismo de água, e um catecúmeno não batizado, se morrer mártir, está *ipso facto* contado entre os membros celestes da Igreja. Comentando a experiência dos mártires, Bossuet dirá que eles são “os únicos adultos a respeito dos quais há a certeza de terem entrado imediatamente na glória, os únicos que não precisam das nossas preces e que, pelo contrário, devem ser contados entre os nossos primeiros intercessores”.

Assim, o martírio, que é a mais alta forma da imitação de Cristo e que assegura a união com Ele, é nestes tempos da mais elevada fé o meio por excelência da perfeição e o ideal das almas. “Ninguém tem maior amor do que aquele que dá a vida pelos seus amigos” (Jo 15, 13), disse Jesus; e, por isso, São Policarpo, com toda a propriedade, chama aos mártires “imitadores da verdadeira caridade”. O sangue espalhado nos anfiteatros absolve e redime. Reúne todos os méritos que o homem pode adquirir e consagra-os em união com o Deus crucificado. “Quem morre pela fé — dirá São Clemente de Alexandria — realiza a obra de caridade perfeita”. Quando se encerrar a época das perseguições, e quando o martírio pela fé, perdendo o seu caráter coletivo, passar a ser via de regra um fato individual, São João Crisóstomo exclamará: “Ouvi dizer aos nossos pais que era outrora, no tempo das perseguições, que se encontravam os verdadeiros cristãos”.

Não é, pois, para admirar que na primitiva Igreja os mártires tenham ocupado um lugar reconhecidamente importante. Os “confessores”, aqueles que, com risco da própria existência, deram testemunho de Cristo, trazem sobre si, já enquanto vivos, o reflexo da luz eterna. Envolve-os uma graça especial. Do fundo das prisões em que esperam a morte, dirigem-se a seus irmãos que estão em liberdade, e o menor dos seus ensinamentos é recolhido como uma mensagem direta do Senhor. Se lhes é poupado o suplício, as marcas dos golpes e das feridas que o seu corpo apresenta são um testemunho da graça que receberam, e é-lhes reservado um lugar na hierarquia e na administração das comunidades²³. Consideram-nos, especialmente, como os mediadores indicados para reconciliar com Deus os que se mostraram fracos perante as torturas e apostataram: os *lapsi*. Basta que um “confessor” interceda por eles para que, em virtude da reversão do mérito, sejam absolvidos e reintegrados na sociedade dos cristãos.

E depois da morte, deixarão os mártires de ser intercessores e guias? Como seria isso possível, se agora vivem na eternidade com Cristo, que está sempre presente? E é por essa razão que os invocam com uma ternura cheia de confiança. O corpo do mártir, habitado pelo Senhor, esse corpo que é um membro de Jesus crucificado, torna-se em breve objeto de um culto especial, primeira forma do culto dos santos. A respeito de São Policarpo, que foi queimado, diz a narrativa da sua *Paixão*: “Recolhemos as suas ossadas, mais valiosas do que pedras preciosas, mais estimáveis do que o ouro, e as depositamos em lugar digno delas. É ali que, na medida do possível, nos reuniremos para celebrar, com alegria e com a ajuda do Senhor, o aniversário do dia em que, pelo martírio, Policarpo nasceu para Deus”. Assim se estabelecerá o costume de celebrar o banquete eucarístico sobre os corpos dos mártires. O hábito de introduzir relíquias nos altares é, portanto, consequência direta desta antiga prática, e a liturgia romana conserva intacta uma relação fundamental da fé cristã, quando exclama na quinta-feira da terceira semana da Quaresma, por ocasião da festa dos mártires São Cosme e São Damião: “Em memória da preciosa morte dos vossos justos, nós vos oferecemos, Senhor, este sacrifício que foi o princípio de todo o martírio”. Não se poderia sublinhar: melhor a filiação que, pelo martírio, une a Missa e a Eucaristia ao Sacrifício do Deus vivo.

A epopéia dos mártires não é, pois, um episódio concluído no tempo e definido na história. Situada no próprio coração do cristianismo, é um fato de uma importância única, que se prende aos dados mais essenciais

(23) Chegou a haver alguns excessos. Houve “confessores” que opuseram a sua autoridade à dos bispos. Nem sempre os mártires que mais tinham sofrido, antes de conseguirem escapar aos carrascos, eram os que se mostravam menos compenetrados dos seus méritos. O homem é sempre homem, mesmo quando envolvido por uma auréola de santidade.

dos dogmas. Nem a alegria cristã perante a morte, nem a certeza da redenção pelo sangue se compreendem inteiramente sem o exemplo destes primeiros cristãos, destes homens como nós, que cantavam durante o suplício e preferiam a fé à vida. Toda a história da Igreja, mesmo quando ela triunfar e este grande capítulo tiver terminado, será enobrecida e como que consagrada por figuras admiráveis como Inácio, Policarpo, Cecília, Blandina e tantas outras, bem como por todas as dos irmãos e irmãs destes que, ainda durante mais de meio século, seguirão os seus passos. À imagem da Igreja perseguidora, que os seus atuais inimigos denunciam, não podemos opor imagem mais nobre e mais verídica do que a da Igreja perseguida.

Há um lugar do mundo em que esta lição do martírio é como uma presença viva: é o Coliseu, o anfiteatro dos Flávios, construído por Vespasiano, cuja imensa oval, bem como as três séries de arcadas e a prodigiosa massa de pedra amarelecida pelo tempo, continuam a viver no próprio coração da Roma moderna, como um laço imutável que liga o presente ao passado. No meio da arena, no preciso lugar em que gerações de cristãos derramaram o seu sangue para que a Palavra de Cristo não fosse vã, ergue-se uma cruz muito simples, protesto mudo contra a barbárie e símbolo de um triunfo eterno. É ali que os peregrinos que vão a Roma encontram, com a emoção mais direta, o exemplo dos seus longínquos irmãos mais velhos. Foi ali que São Bento Labre passou semanas em oração e que uma menina francesa se ajoelhou para beijar o solo, antes de ir enterrar a sua juventude no Carmelo de Lisieux. Flutuam ali sombras invisíveis e consoladoras. Parece que, no meio do silêncio, retine a prece anelante dos mártires anônimos: "Cristo, libertai-me! Eu sofro por vosso nome!" E, ao lembrarmo-nos do papel histórico desempenhado por estes vencidos, por estes esquadrihadores do Reino de Deus que, com a sua morte, venceram os reinos da terra, acodem-nos à mente as palavras de São Paulo, que são como que o princípio de toda a Igreja primitiva: "Porque, quando me sinto fraco, então é que sou forte" (2 Cor 12, 10).